

VINÍCIUS DA ENCARNAÇÃO

**TRANSFERÊNCIAS FAMILIARES: UM ESTUDO DE CASO SOBRE
FAMÍLIAS CARENTES EM BAMBUÍ-MG**

Dissertação apresentada à
Universidade Federal de Viçosa,
como parte das exigências do
Programa de Pós-Graduação em
Economia Doméstica, para obtenção
do título de *Magister Scientiae*.

**VIÇOSA
MINAS GERAIS – BRASIL
2011**

**Ficha catalográfica preparada pela Seção de Catalogação e Classificação da
Biblioteca Central da UFV**

T

Encarnação, Vinícius da, 1971-

Transferências familiares: um estudo de caso sobre famílias carentes em Bambuí – MG / Vinícius da Encarnação. – Viçosa, MG, 2011.

viii, 72f.: il. col. ; 29cm.

Inclui anexos.

Orientador: Neuza Maria da Silva

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f. 62-71

1. Antropologia econômica. 2. Troca social. 3. Transferência familiar. I. Universidade Federal de Viçosa. II Título.

CDD

VINÍCIUS DA ENCARNAÇÃO

**TRANSFERÊNCIAS FAMILIARES: UM ESTUDO DE CASO SOBRE
FAMÍLIAS CARENTES EM BAMBUÍ-MG**

Dissertação apresentada à
Universidade Federal de Viçosa,
como parte das exigências do
Programa de Pós-Graduação em
Economia Doméstica, para obtenção
do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 28 de abril de 2011.

Prof^a. Júnia Marise Matos de Sousa

Prof^a. Tereza Angélica Bartolomeu

Prof^a. Neuza Maria da Silva
(Orientadora)

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter-me dado vida e saúde, proteção e orientação no decorrer desta difícil, mas gratificante etapa acadêmica.

À minha amada esposa Leide e ao meu filho Lucas, pela compreensão, pelo grande incentivo ao meu curso de Mestrado e pelo amor que nos fortalece; aos meus pais e familiares, pelo apoio, por minha vida e pelo exemplo de amor e generosidade. Agradeço a eles em primeiro lugar por serem os responsáveis pela minha própria história de vida e de ter podido dela extrair o sumo necessário para me nutrir e não desistir dos sonhos, por mais difíceis e distantes que pudessem parecer.

Ao Professor Flávio Vasconcelos Godinho, Diretor-Geral do Campus Bambuí, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais – IFMG, por fomentar e apoiar o desenvolvimento dos funcionários e, principalmente, por ser o pioneiro, neste campus, em apoiar um Programa de Mestrado Interinstitucional – MINTER, transformando, assim, sonhos em realidade. Ao Professor Augusto, Diretor de Ensino do IFMG Campus Bambuí, por fazer a diferença com sua generosidade, amizade e a confiança em mim.

Aos professores e aos funcionários do Departamento de Pós-Graduação em Economia Doméstica, pelo suporte; aos meus colegas, pela troca de conhecimentos; às minhas amigas e companheiras desta empreitada Aline e Helaine, pelas contribuições, pela convivência e pelo carinho; aos informantes que participaram deste estudo, pela colaboração e gentileza de me receberem em suas casas.

Às Professoras Junia e Tereza, por terem participado da minha Banca de Defesa com importantes contribuições para o aperfeiçoamento deste trabalho.

Ao meu coorientador José Ferreira Noronha, pela sua participação neste trabalho.

À minha querida coorientadora Professora Karla Damiano, especialmente pela sua presença, nesses dois anos, nos momentos de orientação, desde a construção do projeto de pesquisa até a estruturação final desta dissertação, pelas inúmeras leituras e pelos rumos indicados com sabedoria.

À minha querida orientadora Professora Neuza, a quem manifesto minha profunda admiração, pelo trabalho de orientação extremamente competente e pela participação ativa e constante em todas as fases do desenvolvimento desta pesquisa. Seu trabalho de orientação envolveu muitas leituras, correções, discussões, ajustes, angústias, mas, também, alegrias. Agradeço a ela, principalmente, o carinho, a atenção e a dedicação a mim dispensados.

E se no momento a memória tiver sido falha, creiam, não o é meu sincero reconhecimento a todos e todas que, de uma maneira ou de outra, estiveram comigo, tecendo esta grande rede de trocas sociais: simbólicas e materiais. Obrigado!

BIOGRAFIA

VINÍCIUS DA ENCARNAÇÃO, casado com Leide Rodrigues da Encarnação, pai de Lucas Rodrigues da Encarnação, filho de Aimée Maria Zica da Encarnação e Washington Augusto da Encarnação, nasceu em Gama, DF, onde iniciou seus estudos na Escola Classe 01 do Gama. Na Escola Estadual Benjamim Guimarães, em Dores do Indaiá, MG, cursou o Ginásio (5ª a 8ª série). No Colégio Comercial São Luís, ainda em Dores do Indaiá, cursou o ensino médio integrado ao técnico em Contabilidade. Na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Alto São Francisco, em Luz, MG, cursou a Licenciatura Plena em Letras. Na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC/MG, cursou Administração, tornando-se Administrador do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais – IFMG.

Em março de 2009, iniciou o Programa de Pós-Graduação, em nível de Mestrado, em Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa, submetendo-se à defesa da Dissertação em abril de 2011.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	vii
LISTA DE QUADROS	viii
LISTA DE SIGLAS	ix
RESUMO	x
ABSTRACT	xi
1. INTRODUÇÃO	1
1.1. O problema e a sua importância.....	4
1.2. Objetivos	9
1.2.1. Objetivo geral.....	9
1.2.2. Objetivos específicos	9
2. REVISÃO DE LITERATURA	10
2.1. Pobreza e exclusão social.....	10
2.2. Teoria das trocas sociais	15
2.3. Transferências familiares	18
2.3.1. Tipos de transferência	20
2.3.2. Fluxo e intensidade das transferências.....	22
2.3.3. Motivos que levam ao (não) fornecimento ou ao (não) recebimento de transferências.....	25
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	29
3.1. Área de estudo.....	29
3.2. População e amostra.....	31
3.2.1. Unidade de análise	32
3.3. Objeto de estudo.....	33
3.3.1. Variáveis de estudo	33

3.3.2. Coleta e análise dos dados	34
3.3.3. Itens recebidos e transferidos pelas famílias.....	35
3.3.4. Motivos que levam as famílias carentes receberem ou ajudarem os familiares.....	36
3.3.5. Motivos que contribuem para que as transferências de recursos entre membros familiares se repitam	36
3.3.6. Sentimentos de intencionalidade e reciprocidade dos doadores e receptores de ajuda.....	36
3.3.7. Formas de retribuição e, ou, reconhecimento dos recebedores de ajuda .	37
3.4. Coleta e análise dos dados	37
4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	38
4.1. Características demográficas e socioeconômicas das famílias	38
4.2. Identificação dos itens recebidos e transferidos pelas famílias.....	45
4.2.1. Itens transferidos	47
4.2.2. Itens recebidos	50
4.2.3. Motivos que levam as famílias carentes receberem ou ajudarem os familiares.....	52
4.2.4. Motivos que contribuem para que as transferências de recursos entre membros familiares se repitam	53
4.2.5. Sentimentos de intencionalidade e reciprocidade dos doadores e receptores de ajuda.....	55
4.2.6. Formas de retribuição e, ou, reconhecimento dos recebedores de ajuda .	58
5. CONCLUSÕES	61
6. REFERÊNCIAS	63
APÊNDICE.....	73

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa do macrozoneamento urbano, segundo o Diagnóstico Habitacional Municipal, Bambuí, 2008.	31
Figura 2 - Idade do chefe da família por gênero, em porcentagem, Bambuí, 2010...	40
Figura 3 - Tipos de arranjos das famílias, Bambuí, 2010.	44
Figura 4 - Transferências de bens e serviços em famílias carentes, Bambuí, 2010...	45
Figura 5 - Dimensões das transferências familiares, em porcentagem, Bambuí, MG.	46
Figura 6 - Serviços transferidos pelas famílias carentes, Bambuí, 2010.	48
Figura 7 - Serviços recebidos pelas famílias carentes, Bambuí, 2010.	51
Figura 8 - Motivos das transferências efetuadas pelas famílias carentes, Bambuí, 2010.	52
Figura 9 - Motivos das transferências recebidas pelas famílias carentes, Bambuí, 2010.	53
Figura 10 - Motivos da continuidade das transferências por gênero do chefe da família, Bambuí, 2010.	55
Figura 11 - Sentimentos dos chefes das famílias ao efetuar transferências em função do gênero, Bambuí, 2010.	56
Figura 12 - Sentimentos dos chefes familiares ao receberem transferências em função do gênero, Bambuí, 2010.	57
Figura 13 - Recompensa esperada pelo chefe da família, segundo o gênero, Bambuí, 2010.	59

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Comparativo entre Bambuí X Piumhí X Belo Horizonte, 2000.....	33
Tabela 2 - Perfil socioeconômico e demográfico dos chefes das famílias carentes, Bambuí, 2010	39
Tabela 3 - Estado civil do chefe familiar por gênero, Bambuí, MG, 2010.....	41
Tabela 4 - Escolaridade do chefe da família por gênero, Bambuí, MG, 2010.....	42
Tabela 5 - Tipo de propriedade do imóvel, segundo o gênero, Bambuí, MG, 2010..	43
Tabela 6 - Renda <i>per capita</i> das famílias pesquisadas, Bambuí, MG, 2010	44
Tabela 7 - Intensidade das transferências de acordo com a renda <i>per capita</i> , Bambuí, MG, 2010	46
Tabela 8 - Itens transferidos e recebidos, segundo suas dimensões, Bambuí, MG, 2010.....	47
Tabela 9 - Itens transferidos entre famílias carentes, Bambuí, MG, 2010.....	48
Tabela 10 - Tipos de arranjos familiares, Bambuí, MG, 2010.....	49
Tabela 11 - Arranjo estendido, Bambuí, MG, 2010.....	49
Tabela 12 - Itens recebidos pelas famílias carentes de seus familiares, Bambuí, MG, 2010.....	51
Tabela 13 - Motivos da continuidade das transferências, segundo os chefes das famílias carentes, Bambuí, MG, 2010	54
Tabela 14 - Sentimentos dos chefes familiares ao efetuar transferências, Bambuí, 2010.....	56
Tabela 15 - Modo como os chefes familiares esperam ser recompensados, Bambuí, MG, 2010	58
Tabela 16 - Itens que as famílias recebem como recompensas, Bambuí, MG, 2010.....	60

LISTA DE SIGLAS

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos.

FJP – Fundação João Pinheiro.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano.

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

PBF – Programa Bolsa Família.

PEC – *Polar Engineering and Consulting*.

PFZ – Programa Fome Zero.

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

POF – Pesquisa de Orçamento Familiar.

PPGED – Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica.

SM – Salário Mínimo nacional.

SMAS – Secretaria Municipal de Assistência Social.

SPSS – *Statistical Package for Social Sciences*.

UFV – Universidade Federal de Viçosa.

RESUMO

ENCARNAÇÃO, Vinícius da, M. Sc., Universidade Federal de Viçosa, abril de 2011. **Transferências familiares: um estudo de caso sobre famílias carentes em Bambuí-MG.** Orientadora: Neuza Maria da Silva. Coorientadores: José Ferreira Noronha e Karla Maria Damiano Teixeira.

Esta pesquisa teve por objetivos identificar e analisar as transferências de recursos entre membros de famílias carentes residentes no Município de Bambuí, MG. A teoria das trocas sociais, em relação às transferências de recursos entre membros familiares, foi utilizada como base teórica. Metodologicamente, foram realizadas entrevistas fundamentadas em um roteiro semiestruturado aplicado a uma amostra de 60 famílias. Os dados foram analisados de forma descritiva, utilizando-se o programa *Statistical Package for Social Sciences – SPSS*, versão *for Windows 17*. O perfil socioeconômico dos chefes dessas famílias mostrou-se baixo em relação a renda, escolaridade e ocupação, o que caracterizava a amostra. Encontrou-se um número expressivo de unidades chefiadas por mulheres e aposentados. As famílias recebiam mais ajudas do que as ofereciam. O motivo que levava às transferências se relacionava com benevolência, e o que levava a receber ajuda se relacionava com a necessidade da própria família. As famílias eram mais receptoras do que doadoras de ajuda, o que pode ser explicado pelos seus *status* socioeconômicos. A ajuda dada era percebida como benevolência, enquanto a recebida era devida à necessidade, seja em termos financeiros, de cuidados e outros. Assim, por necessitar de ajuda havia a necessidade de também ajudar, o que caracterizava a reciprocidade. Dar ajuda embutia um sentimento de poder ser cuidado na velhice ou em períodos de doença, não se caracterizando, portanto, como recompensa imediata. Dessa forma, a família ainda representa a principal fonte de suporte informal decisivo na sobrevivência de parcela significativa da população.

ABSTRACT

ENCARNAÇÃO, Vinícius da, M. Sc., Universidade Federal de Viçosa, April, 2011. **Family transfers: a case study about poor households in the Bambuí-MG.** Adviser: Neuza Maria da Silva, Co-Advisers: José Ferreira Noronha and Karla Maria Damiano Teixeira.

The purpose of this research was to analyze transfers of resources among members of low income families in the city of Bambuí-MG. Social exchange theory was used as theoretical background. A sample of 60 families was selected, and interviews with the heads of those families were conducted, using a questionnaire. The data were analyzed by means of SPSS – Statistical Package for Social Sciences, version for Windows 17. Social economic characteristics of the sample included low levels of income, schooling and occupation. An expressive number of households headed by women or by retired persons was found. These families received more than gave help, as was expected, considering their social economic status. The main motive which caused them to offer help was benevolence, and the main reason which caused them to receive was family need. Since they needed help they also felt the need to offer help, characterizing reciprocity. Giving help brought up a feeling of being able to be cared for in old age or in times of illness, not necessarily in the present. The results of this study indicate that the family still represents the main source of informal support which is decisive for the survival of a significant part of the population.

1. INTRODUÇÃO

Embora a economia brasileira venha experimentando expressivo crescimento, a concentração da renda continua a ser um problema que compromete o bem-estar de grande parte da população. Ademais, sabe-se que a melhoria dos indicadores de bem-estar social por meio de políticas de combate à pobreza é condição para se alcançar a estabilidade do país.

Para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pobres são os indivíduos cuja renda *per capita* familiar é menor do que meio salário mínimo (IBGE, 2009). De acordo com o Mapa de Pobreza e Desigualdade de 2003, baseado em dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares de 2002-2003, metade da população de 32,6% dos municípios brasileiros vivia na pobreza, sendo maior a incidência dessa condição nos municípios nordestinos (77,0%). No Estado de Minas Gerais, 26,6% dos municípios apresentavam mais da metade da população vivendo em situação de pobreza (IBGE, 2009).

Nesta pesquisa, procurou-se identificar e analisar as transferências como estratégias de sobrevivência de famílias carentes¹, no Município de Bambuí, Minas Gerais. Nos períodos de recessão econômica desencadeados pelas crises financeiras e sociais, as comunidades carentes necessitam adaptar-se às condições adversas mais do que outras pertencentes a classes sociais mais altas, utilizando, para sobreviver, estratégias como fontes de complementação de renda; manipulação da escassez; redução das despesas básicas; transferências e doações de recursos, como forma de ajuda mútua; e uso do crédito, para suprir as demandas da família e adiar o

¹ Carência é uma situação em que o indivíduo não se consegue manter num padrão mínimo de vida (BARROS et al., 2000). A condição de carência também é definida de acordo com o critério renda, isto é, famílias vivendo com renda familiar *per capita* inferior a ½ meio salário mínimo nacional (R\$510,00/2 = R\$255,00) são consideradas carentes (IBGE, 2008). Neste trabalho, considerou-se a pobreza em sua dimensão particular (evidentemente simplificadora) de insuficiência de renda.

desembolso (MOTTA, SCOTT, 1983; ALMEIDA, 1998; SAAD, 2004; ARRIAGADA, 2007).

A persistência da pobreza é uma das preocupações centrais dos governos do mundo inteiro, sendo o objetivo central das políticas públicas a erradicação dessa mazela mundial. Contudo, as políticas têm-se mostrado insuficientes, postergadas e mal concebidas, posto serem implementadas, muitas vezes, sem considerar as especificidades de cada local (ROCHA, 2006).

Por essa razão, as famílias e as comunidades se encarregam do provimento de recursos para seus membros em caso de necessidade. Estabelecendo e reforçando responsabilidades e reciprocidades definidas culturalmente, as famílias buscam responder às carências ampliando as redes de relações e reforçando a seguridade (ARRIAGADA, 2007).

As transferências de recursos como as trocas sociais podem-se manifestar em dois níveis distintos: no público, em que é independente da existência de laços de consanguinidade e, ou, afinidade; e no privado, no interior da família, onde existem tais laços. Enquanto os países desenvolvidos tendem a centralizar esforços em programas governamentais (no nível público), países em desenvolvimento e subdesenvolvidos tendem a se concentrar em aspectos como as obrigações implícitas que permeiam o relacionamento entre as famílias e o fluxo de ajuda e suporte, no nível privado (SAAD, 2004).

Um exemplo de transferência de recursos no nível público, no caso do Brasil, é o Programa Bolsa-Família, que é um tipo de transferência de renda com condicionalidades que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. O Programa integra o Fome Zero², que tem como objetivo assegurar o direito humano à alimentação adequada, promovendo a segurança alimentar e nutricional e contribuindo para a conquista da cidadania pela população mais vulnerável à fome (MDS, 2010).

O Programa Bolsa-Família possui três eixos: transferência de renda, condicionalidades e programas complementares. A transferência de renda promove o alívio imediato da pobreza. As condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social. Já os programas

² O PFZ atua a partir de quatro eixos articuladores: acesso aos alimentos, fortalecimento da agricultura familiar, geração de renda e articulação, mobilização e controle social (BELIK; GROSSI, 2003; MDS, 2010).

complementares objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade. A gestão do Bolsa-Família é descentralizada e compartilhada por União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Os três entes federados trabalham em conjunto para aperfeiçoar, ampliar e fiscalizar a execução do Programa, instituído pela Lei 10.836/04 e regulamentado pelo Decreto nº 5.209/04. Usa como critério para ganhar o benefício a renda familiar por pessoa (limitada a R\$140,00) e o número e idade dos filhos. O valor do benefício recebido pela família pode variar entre R\$22,00 e R\$200,00. Diversos estudos apontam para a contribuição do Programa na redução das desigualdades sociais e da pobreza (MDS, 2010). O 4º Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (2008) apontou, em 2003, queda da pobreza extrema da população brasileira de 12% para 4,8%.

No nível privado duas subcategorias de transferências de recursos entre membros familiares, também chamadas de suporte geracional ou solidariedade, são discutidas na literatura: herança e transferências entre vivos (GUEDES *et al.*, 2009; SILVA, 1994). Por herança compreende-se a transmissão de propriedade financeira ou de outra natureza para outras pessoas, após a morte de alguém. Já as transferências entre vivos, como o próprio nome diz, se referem à transmissão de dinheiro, de bens e de serviços entre pessoas vivas (SILVA, 1994).

Ambos os tipos de transferências podem-se dar entre pessoas pertencentes à mesma geração (por exemplo, entre marido e esposa) ou entre pessoas de diferentes gerações (por exemplo, entre pais e filhos). As do primeiro tipo são chamadas de transferências intrageracionais e as últimas, transferências intergeracionais. Além do mais, as transferências entre vivos podem envolver apenas membros de um mesmo domicílio, bem como membros residentes em domicílios diferentes (SILVA, 1994).

Analogamente, o mesmo ocorre quando a família atravessa circunstâncias adversas como a ausência de instituições para cuidar de crianças pequenas, de idosos ou de doentes, estando os demais membros adultos impossibilitados de oferecer tal cuidado, devido à inserção no mercado de trabalho (CAMARANO, 2003). Essas evidências reportam a uma rede de relacionamento de trocas e interações que as famílias estabelecem. Ora são as avós que assumem o cuidado dos netos para que as mães trabalhem, ora são os filhos que se dedicam a dar assistência aos pais idosos por não haver serviços institucionais disponíveis, pelo alto custo monetário ou pelo

simples fato de ser culturalmente considerado dever dos filhos cuidarem dos pais idosos (ALMEIDA et al., 2001).

Trabalhos recentes acerca das transferências de apoio familiar utilizaram a teoria das trocas sociais (intercâmbio social) como marco conceitual, apesar de que outros trabalhos analisaram o tema sob aspectos da teoria do interacionismo simbólico (SAAD, 2004). O principal pressuposto dessa teoria é o de que “as estruturas sociais são o resultado de trocas sociais entre indivíduos que procuram com essas trocas equilibrar o rácio entre *inputs* e *outputs*” (RAMOS, 2002).

Assim, esta pesquisa teve como unidade de análise as famílias carentes do Município de Bambuí, MG, e como objeto de estudo as transferências de recursos entre membros familiares entre pessoas vivas, as quais têm constituído uma das formas de redistribuição de recursos, o que é de suma importância, principalmente, em tempos de crise econômica, quando diminuem a oferta de empregos ou quando aumentam os preços dos bens e serviços, ou seja, aumenta o custo de vida e a renda decresce (ALMEIDA et al., 2001).

1.1. O problema e a sua importância

A instabilidade econômica brasileira tem provocado crises e desequilíbrios sociais, sendo as famílias de baixo nível de renda ou sem rendimentos fixos os atores econômicos mais vulneráveis (ALMEIDA et al., 2001). Então, a pergunta a que se buscou responder é: como as famílias carentes trocam recursos entre seus membros para enfrentar essas crises?

Assumindo a proposição de Rocha (2006) de que há continuidade da pobreza nas famílias brasileiras ao longo das décadas, torna-se relevante identificar como essas famílias se organizavam para sobreviver, no contexto em que as políticas públicas possam atingi-las parcial e intensamente ou não atingi-las. Para a compreensão do hiato entre as ações familiares e o alcance das políticas públicas, Motta e Scott (1983) descreveram as transferências de recursos que a população carente da cidade de Recife recebiam, relacionando-as a cinco categorias: alimentação, habitação, outros bens de consumo, prestação de serviços e dinheiro. Esses autores descreveram tipos de transferências tanto familiares quanto não familiares, não existindo, assim, distinção entre elas. Ficavam em aberto várias

questões, como: por que transferir?, como transferir?, é possível dar continuidade às transferências?, como é feita a manutenção dessas transferências?, entre outras. Nesse sentido, não basta saber o que se transfere, é necessário saber como sobrevivem.

Por sua vez, Almeida (1998) analisou as transferências quando ocorre uma crise dentro da família em curto período de tempo, como nas situações de desemprego. Já Saad (2004) centrou a sua pesquisa nas transferências para apoio a idosos, analisando as trocas sociais em que os doadores são apenas os mais jovens ou adultos, deixando de lado o fluxo inverso, ou seja, em que os doadores são as pessoas idosas.

Hurd et al. (2007) investigaram as transferências em termos de altruísmo³ e da troca como promotores da diminuição da pobreza. A análise teve por objetivo aquilo que o transferidor tinha em sua mente, limitando a pesquisa apenas ao seu fim, não descrevendo os meandros das trocas. Pilati et al. (2008) analisaram a questão da transferência em relação ao seu custo, à sensibilidade em reconhecimento do estado de carência e à responsabilidade do receptor em contornar a situação; entretanto, esses autores não descreveram quais eram os sentimentos experimentados pelo doador e pelo receptor. Mitrut e Wolff (2009) identificaram que as pessoas se sentiam felizes ao doar e que os receptores se sentiam felizes ao retribuir; dessa forma, as pessoas se sentiam bem por participar de um regime de ajuda mútua. Entretanto, esses autores de base psicológica deixaram de explorar como o estado emocional favorecia no modo de sobrevivência das famílias carentes.

Apesar de terem abrangido várias perspectivas, as pesquisas desenvolvidas até o momento não contemplavam aspectos descritivos das transferências de recursos entre membros familiares, no que dizia respeito à sua capacidade de propiciar a

³ O altruísmo é percebido muitas vezes como sinônimo de solidariedade. A palavra foi criada para caracterizar o conjunto das disposições humanas (individuais e coletivas) que inclinam os seres humanos a se dedicarem aos outros. Esse conceito se opõe, portanto, ao egoísmo, que são as inclinações específicas e exclusivamente individuais. Além disso, o conceito de altruísmo tem a importância filosófica de referir-se às disposições naturais do ser humano, indicando que o homem pode ser – e é – bom e generoso naturalmente, sem necessidade de intervenções sobrenaturais ou divinas. O altruísmo pode apresentar-se em três modalidades básicas: o apego, a veneração e a bondade. Do primeiro para o último, sua intensidade diminui e, por isso mesmo, sua importância e sua nobreza aumentam. O apego refere-se ao vínculo que os iguais mantêm entre si; a veneração refere-se ao vínculo que os mais fracos têm para como os mais fortes (ou os que vieram depois têm como os que vieram antes); por fim, a bondade é o sentimento que os mais fortes têm em relação aos mais fracos (ou aos que vieram depois) (CAVALCANTI, 2002).

sobrevivência para famílias carentes, aumentando as capacidades das famílias em questão, como sua inclusão social.

É impossível combater a pobreza com políticas que focalizam apenas a renda. Ou seja, além da renda, o aumento das capacidades é ainda o mais importante. Acontece que o aumento das capacidades humanas também tende a andar junto com a expansão das produtividades e do poder de auferir renda. Essa conexão estabelece um importante encadeamento indireto, mediante o qual o aumento de capacidades ajuda direta e indiretamente a enriquecer a vida humana e a tornar as privações humanas raras e menos pungentes (SEN, 2000).

Nesse contexto, é importante distinguir o conceito de pobreza de renda e de capacidades. As capacidades são entendidas como base das liberdades que enriquecem a vida humana, p. ex., capacidades de ter condições de evitar privações como fome, subnutrição, morbidez evitável e morte prematura, liberdades associadas a saber ler e fazer cálculos aritméticos, ter participação social e política, liberdade de expressão e outras (SEN, 2000). Já a pobreza de renda se refere a apenas a insuficiência de recursos financeiros para poder usufruir condições de vida (LAVINAS, 2003).

As transferências de recursos entre membros familiares têm sido estudadas quase que exclusivamente de maneira econômica, tendo por base o *homo economicus*, sendo menor o número de trabalhos que levam em conta as transferências de recursos entre membros familiares como estratégias de sobrevivência de famílias carentes, considerando a família como unidade de análise, ou seja, é menor o número de pesquisas sociológicas, tendo por base o *homo sociologicus*.

Considerou-se que o suporte familiar desempenha decisivo papel na sobrevivência de grupos carentes, em que o suporte público é deficiente, ou é insuficientemente preparado para responder às demandas de uma população carente. O conhecimento dos recursos (materiais e serviços) e dos processos por meio dos quais se dão as transferências de apoio entre as famílias carentes torna-se relevante, ainda mais em uma conjuntura globalizada que tende à exclusão social de grupos vulneráveis.

Acredita-se que as relações de troca e ajuda mútua entre familiares são os principais fatores que têm assegurado, ao largo da história, a sobrevivência dos indivíduos carentes. É bem verdade que ao longo deste século a responsabilidade

pela manutenção e bem-estar da população nos países hoje desenvolvidos foi sendo gradativamente transferida para o setor público, reduzindo o papel central da família como suporte básico a ela, o que não ocorre em países como o Brasil (SAAD, 1998).

O escasso interesse observado no Brasil a respeito dos arranjos domiciliares e redes de suporte a grupos vulneráveis (idosos, carentes e outros) divergem da tendência da literatura internacional da área, em que o tema “transferências” – tanto na esfera pública quanto na privada – começa a emergir como uma das principais linhas de pesquisa. Essa situação representa importante lacuna, à medida que o suporte informal desempenha papel decisivo na sobrevivência desses grupos vulneráveis em contextos de ausência ou deficiência de suporte formal, como é o caso do Brasil. O conhecimento dos mecanismos através dos quais se dão as transferências de apoio entre gerações no Brasil torna-se ainda mais relevante, por exemplo, ao se constatar que, paralelamente ao aumento da população idosa – e, por conseguinte, da demanda por apoio informal – desenvolve-se numa conjuntura em que a capacidade de filhos adultos fornecerem ajuda a seus pais idosos tende a se estreitar. Segundo Saad (1998), a disponibilidade da mulher, por exemplo, a quem tradicionalmente tem sido delegada a tarefa dos cuidados básicos aos idosos diminui à medida que sua participação no mercado de trabalho aumenta. Entretanto, a situação de carência crônica em que sobrevivem parcelas importantes da população adulta, sujeitas a níveis insuficientes de rendimento e taxas elevadas de desemprego, não só inviabiliza qualquer ajuda material efetiva a seus pais idosos, como também tende, inclusive, a inverter a direção do fluxo de apoio. Nesses casos, a casa própria do idoso ou, mesmo, seus rendimentos de pensão ou aposentadoria acabam por se transformar em valiosos, se não únicos, insumos familiares. Um dos principais motivos responsáveis pela escassa produção científica na área das transferências de recursos entre membros familiares no Brasil é, sem dúvida, a falta de informações sistematizadas para efetuar análises desta natureza. Fontes tradicionais de dados, como os Censos Demográficos e as Pesquisas por Amostra de Domicílios, permitem algumas inferências sobre os arranjos domiciliares, mas não estão aptas a fornecer uma visão mais abrangente dos fluxos de apoio que se desenvolvem no interior das famílias (SAAD, 1998).

Os motivos para as transferências privadas ganharem maior interesse em períodos recentes constituem uma série de modelos teóricos desenvolvidos, os quais melhoram o entendimento dos padrões observados (BECKER, 1974; BERNHEIM et

al., 1985; MCGARRY, 1999; STARK; ZHANG, 2002; BAKER; MICELI, 2005). Apesar desse desenvolvimento, não existe literatura empírica extensa usando esses modelos, principalmente por falta de dados adequados (BERNHEIM et al., 1985; COX; RANK, 1992; SCHOENI, 1997), e a maior parte dos que existem trabalha apenas com dados de países desenvolvidos (VANWEY; NELSON, 2007; ARRONDEL; MASSON, 2006) ou com países asiáticos (VANWEY, 2004; DAVANZO; CHAN, 1994). Embora o sistema de transferências privadas tenha papel muito importante nos países em desenvolvimento, onde os sistemas de bem-estar social não são muito desenvolvidos, são poucos os estudos nessas regiões (DEVOS, 1987; SAAD, 1998; CANEIRO, 2001; VANWEY; CEBULKO, 2007).

Nesse sentido, foi que se estabeleceu o problema de pesquisa – como as famílias carentes transferem recursos entre seus membros?

Em conexão com essa proposição, existem as questões específicas a serem abordadas, como as seguintes: Quais são as características socioeconômicas e demográficas das famílias que praticam as transferências de recursos entre membros familiares?, Qual é a natureza dos bens (materiais e imateriais) e a intenção das ações transferidas para as famílias receptoras?, O que faz com que uma família seja caracterizada como receptora de serviços e a outra como doadora de serviços?, Quais fatores que mais contribuem para que essa situação se repita?, Quais são os sentimentos que os doadores experimentam ao oferecer ajuda? e Quais são as formas de retribuição e, ou, reconhecimento dos recebedores de ajuda?

Esta pesquisa se justifica pela relevância de se conhecerem as transferências de recursos entre membros familiares utilizadas como estratégia de sobrevivência das famílias pobres, contribuindo com informações que poderão oferecer aos profissionais que atuam em programas de assistência às famílias visando à melhoria do seu bem-estar socioeconômico, assim como na contribuição para o desenvolvimento de políticas públicas específicas para atender às famílias em questão.

Considerando os cenários político, econômico e social brasileiros, espera-se, à luz da teoria das trocas sociais, analisar o problema em questão, a fim de não só entender o modo de vida de famílias carentes através das transferências de recursos entre membros familiares, mas, também, visualizar quais implicações essas trocas sociais trazem para a família, em termos de sentimentos e motivos envolvidos no sistema de trocas.

1.2. Objetivos

1.2.1. Objetivo geral

Diante do exposto, definiu-se como objetivo geral desta pesquisa identificar e analisar as transferências de dinheiro, de bens e de serviços entre membros de famílias carentes⁴ residentes no Município de Bambuí, MG.

1.2.2. Objetivos específicos

Para tanto, elegeram-se os seguintes objetivos específicos:

- (a) Caracterizar demográfica e socioeconomicamente as famílias estudadas.
- (b) Identificar os itens recebidos e transferidos pelas famílias estudadas.
- (c) Identificar os motivos que levam as famílias carentes receberem ou ajudarem os familiares.
- (d) Identificar motivos que contribuem para que as transferências de recursos entre membros familiares se repitam.
- (e) Analisar os sentimentos de intencionalidade e reciprocidade dos doadores e receptores de ajuda.
- (f) Identificar e analisar as formas de retribuição e, ou, reconhecimento dos recebedores de ajuda.

⁴ Famílias com renda *per capita* inferior a ½ SM.

2. REVISÃO DE LITERATURA

A literatura consultada para embasar este estudo abrange os seguintes tópicos: Pobreza e exclusão social, Teoria das trocas sociais e Transferências de recursos entre membros familiares.

2.1. Pobreza e exclusão social

Romper o ciclo vicioso da reprodução da pobreza e da exclusão de grande parte da população brasileira é discutido enquanto categoria analítica e enquanto processos históricos persistentes no mundo e, especialmente, na realidade brasileira (CARNEIRO, 2008). Este autor argumentou que é necessário fazer distinção clara entre pobreza e exclusão social.

A exclusão social é definida como fenômeno que diz respeito tanto ao não acesso aos bens e serviços básicos quanto à existência de segmentos sociais sobrando de estratégias restritas de desenvolvimento socioeconômico, passando pela exclusão dos direitos humanos, da seguridade pública, da terra, do trabalho e da renda suficiente (CARNEIRO, 2008).

A pobreza é um fenômeno de caráter relativo, e as pessoas são relativamente pobres se não puderem usufruir, plena ou suficientemente, de condições de vida (LAVINAS, 2003). A pobreza refere-se à insuficiência de renda e recursos, estando associada à dinâmica macroeconômica e ao regime de proteção social existente (ESCOREL, 1999). A exclusão social refere-se a processos e estados com contornos mais abrangentes, refere-se à ruptura de vínculos sociais básicos e empobrecimento das relações que definem o lugar e a identidade social (LAVINAS, 2003).

A exclusão social pode designar toda situação social de carência, estando presente em várias formas de relações econômicas, culturais, sociais e políticas da

sociedade brasileira; tal situação de privação coletiva inclui pobreza, discriminação, subalternidade, não equidade, não acessibilidade e não representação pública (CARNEIRO, 2008).

A exclusão social pode, portanto, ser entendida como um fenômeno de marginalização social de determinados segmentos sociais do processo de crescimento econômico, associando-se a uma variedade de temas, refletindo a multiplicidade de necessidades que as pessoas apresentam e significando processos de desvinculação. Esses processos se colocam como complexo e multifacetado, configurado a partir das dimensões materiais, políticas, relacionais e subjetivas que envolvem o homem por completo e suas relações com os outros (CARNEIRO, 2008).

Esses conceitos de pobreza e exclusão social têm sido ampliados em função da decadência dos sistemas de proteção social e das oscilações da dinâmica globalizada em que o país está inserido. Na sociedade francesa é empregado para se referir ao processo de marginalização social que vem atingindo os segmentos sociais até então incluídos social e relativamente protegidos de cair na situação de pobreza, como os trabalhadores formais (PAUGAM, 2001).

Para Paugam (2001), a definição de desqualificação social engloba cinco elementos que permitem definir a relação entre a população pobre (dependente de serviços sociais) e o resto da sociedade: estigmatização dos assistidos, modo específico de integração que caracteriza a situação dos pobres (ajudas assistenciais); caráter equívoco da noção de exclusão, que sustenta que os pobres são desprovidos de possibilidades de reação; os assistidos não constituem um estrato homogêneo da população (variam conforme a fase do processo de desqualificação na qual se encontram); e condições históricas e sociais do processo de desqualificação social. O enfraquecimento e ruptura dos vínculos sociais e familiares constituem uma dimensão essencial do processo de desqualificação social, porque significam uma das maneiras de evitar o descrédito e esconder os fracassos e, também, refletem a renúncia ao verdadeiro *status* social, a vergonha, a humilhação e a perda progressiva da identidade do indivíduo e da família (PAUGAM, 2001).

Segundo Carneiro (2008), tal como o conceito de “desqualificação social”, o de “exclusão social” apresenta amplitude maior que o de pobreza. Segundo Lavinias (2003), a exclusão implica considerar aspectos subjetivos, que mobilizam sentimentos de rejeição, perda de identidade, falência dos laços comunitários e sociais, conseqüentemente uma retração nas redes de sociabilidade, com ruptura de

mecanismos de solidariedade e reciprocidade. Dessa forma, para esse mesmo autor pobreza e exclusão associam-se e reforçam-se, mas são categorias distintas. Pobreza é a insuficiência de renda e recursos e associa-se à dinâmica macroeconômica e ao regime de proteção social, portanto sua regulação requer uma estratégia nacional. Por sua vez, exclusão trata-se de ruptura de vínculos sociais básicos, empobrecimento não propriamente do indivíduo, mas das relações que definem seu lugar e sua identidade social.

O grau de desigualdade social entre as diferentes regiões brasileiras, baseado nos componentes exclusão/inclusão social, gera três temas: padrão de vida digno, composto pelos indicadores pobreza, emprego formal e desigualdade; conhecimento, composto por anos de estudo e alfabetização; e risco juvenil, analisado através dos indicadores de concentração de jovens e violência. De forma simplificada, as análises do estudo apontaram que as regiões anteriores do Trópico de Capricórnio (Norte e Nordeste) apresentam situações que configuram a permanência da “velha” exclusão social, enquanto nas regiões em torno e abaixo do Trópico de Capricórnio (regiões Centro-Sul) se destaca a intensidade de uma nova exclusão social. A diferenciação entre a “nova” e a “velha” exclusão é que a primeira se caracteriza por desempregados escolarizados e famílias monoparentais que vivem na pobreza por falta de renda, e a segunda exclusão é caracterizada por situações brutais de fome, famílias numerosas em situação de grave pobreza e analfabetismo (POCHMANN; AMORIM, 2003).

Segundo Carneiro (2008), a importância de se conhecer como a exclusão está configurada no país, inclusive nas práticas e nas vivências das pessoas e das famílias, distribuídas nas regiões brasileiras, está no fato de que o novo processo de exclusão exige também novos instrumentos de intervenção.

A produção e reprodução da exclusão estão sujeitas a intensidades, alcances e modalidades diferenciadas nas Regiões Norte e Nordeste, por um lado, e nas Regiões Centro-Sul, por outro. Nas primeiras, constata-se uma exclusão marcada pela pobreza e também pela fome, que atingem famílias numerosas, jovens, população pouco instruída e sem experiência assalariada formal. Já nas regiões Centro-Sul se observa uma exclusão pontuada por alguns acampamentos de inclusão, em que a pobreza atinge principalmente famílias pouco numerosas, com números reduzidos de crianças e jovens, sendo os indivíduos que as compõem relativamente escolarizados e com experiência assalariadamente formal. Assim, no Brasil existe complexa

combinação de uma velha e de uma nova exclusão, que se manifestam em graus e locais diferenciados, por meio de mecanismos e grupos sociais distintos (POCHMANN; AMORIM, 2003).

A análise do conceito de exclusão numa perspectiva marxista apontou que nem todas as situações indicadas como características de exclusão social realmente o são, pois o conjunto das dificuldades vividas é na verdade o retrato de uma inclusão precária, instável e marginal. Essas categorias possuem um histórico que aponta o “desencontro entre o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social”, descrevendo como a desvalorização do trabalho transformou o trabalhador na figura do trabalhador familiar ciclicamente excluído. Para sustentar a família foi preciso transformar mais de um de seus membros em trabalhador (MARTINS, 2002).

A inclusão ou reinclusão ocorrem no plano econômico, mas não no plano social, pois a integração econômica não é condição para a integração e inclusão moral e social. O dinheiro não garante a inclusão, não retira as pessoas das margens da sociedade e também não impede que elas sejam tratadas como cidadãs de segunda categoria. Assim, a esfera econômica não garante a integração e inclusão social dos pontos de vista moral, social e político. A inclusão social, porém, é fundamental para a cidadania, pois práticas cidadãs necessitam de inclusões política, social e moral, além da consciência dos direitos e deveres dos cidadãos (MARTINS, 2007).

Ainda segundo Martins (2007), a inclusão que se garante através da renda não é completa, mas uma inclusão precária e marginal. O excluído é duplamente capturado pelas relações de consumo: como consumidor marginal que satisfaz suas necessidades com os resíduos do sistema e como sujeito que protesta pela inclusão (na sociedade de consumo) e não pela transformação social e pela superação das contradições que o marginalizam (MARTINS, 2002).

A sociedade de consumo pretende integrar a todos através do consumo ostensivo e de seus disfarces: telefones celulares, roupas e bens materiais que mascaram as condições de pobreza, pois são signos de consumo e permitem a afirmação social dos pobres (CARNEIRO, 2008). Segundo Martins (2002), o simples consumo de bens são disfarces, uma aparente inclusão social. Aparente porque não livra as famílias de suas privações e das mazelas decorrentes da pobreza e da exclusão social e, além disso, não fazem parte de um movimento consciente de mudança social e, sim, de acomodação inconsciente à estrutura social existente. Gerações após gerações de uma mesma família tentam integrar-se socialmente,

através do mundo do *ter* e do *parecer*, afirmando valores da sociedade consumista. Assim, famílias pobres lutam em utilizar estratégias sociais de mascaramento de suas condições de moradia, de alimentação, de saúde e das privações dos direitos (CARNEIRO, 2008).

Segundo Demo (2002), os programas assistenciais estão transformando o direito de cidadania em mera ajuda aos pobres. A ajuda desses programas pode-se transformar em dependência irreversível, enquanto a assistência e a ajuda deveriam ser um passaporte para a autonomia, ou seja, todo processo emancipatório requer ajuda, porque ninguém se emancipa sem ajuda, mas emancipar-se é saber dispensar a ajuda. Outro ponto que aquele autor destacou é sobre os equívocos presentes nas ações destinadas a combater a pobreza. A assistência social é importante, o primeiro passo, mas não pode parar por aí. Para resolver o problema da fome, deve ser construída, primeiramente, a autonomia. A necessidade do alimento é imediata por poder levar a óbito as pessoas famintas, mas não significa ser a mais importante. A importância deve ser atribuída ao saber gerar o alimento (DEMO, 2002).

Segundo Sen (2000), os bens materiais em si não devem ser vistos como fim, e sim como meios que proporcionam o aumento das capacidades das pessoas, capacidades de desenvolver habilidades para o trabalho e habilidades pessoais; assim, os bens colaboram para o enriquecimento da pessoa e para o desenvolvimento social. Nessa perspectiva, a pobreza muda de foco, deixa de se fixar na renda e passa a ser vista como privação de capacidades, marcada pela carência pessoal de oportunidades. Vários fatores apontam para uma variedade de formas de privações de liberdade. A renda é importante, mas não é o único instrumento de geração de capacidades. A relação entre renda e capacidades é afetada pela idade da pessoa, papéis sexuais e sociais, localização geográfica, condições epidemiológicas, incapacidade e doença. Tais aspectos permitem o entendimento das desvantagens sociais enquanto redutores do potencial das pessoas de auferir renda e de converter a renda em capacidades para os funcionamentos sociais. Então, o espaço apropriado para avaliações sobre pobreza é o das liberdades substantivas ou das capacidades de que as pessoas possuem para escolher um modo de vida entre os possíveis. Portanto, as capacidades consistem em combinações alternativas de funcionamentos, para que haja estilos de vida diversos.

A renda é apenas um meio importante de obter capacidade. Maiores capacidades aumentam o potencial de uma pessoa para ser mais produtiva e auferir renda mais elevada, e não o inverso (SEN, 2000).

Segundo Carneiro (2008), o elemento central é o conjunto de capacidades que possibilitam fazer escolhas. Portanto, escolher o modo de vida é fundamental para se libertar da pobreza; no entanto, para isso a pessoa precisa ter acesso ao conjunto de capacidades que são os alicerces da combinação de funcionamento que ela escolhe. Sem essa possibilidade de escolhas, a pessoa fica à mercê das privações e, portanto, da pobreza.

Dessa forma, a pobreza e a exclusão social foram entendidas enquanto fenômenos sociais que necessitam de intervenção pública e privada. No entanto, quando o estado se ausenta de suas responsabilidades é papel fundamental da família encarregar-se dessa interação, sobretudo para a sobrevivência e perpetuação da linhagem genética.

2.2. Teoria das trocas sociais

Basicamente, as trocas sociais focalizam o desenvolvimento de relacionamentos, a forma como são experimentados e os fatores que afetam sua estabilidade. Segundo Sabatelli e Shehan (1993) e Ekeh (1974), importantes contribuições para o quadro conceitual das trocas sociais foram dadas pelos trabalhos dos sociólogos George Homans e Peter Blau e dos antropólogos Frazer, Malinowski, Mauss e Levi-Strauss, entre outros.

De acordo com Homans (1961), a teoria das trocas se baseia na premissa de que o comportamento humano ou a interação social é uma troca de atividades tangíveis e intangíveis, em especial de recompensas (vantagens) e custos (desvantagens). Falando em termos de troca de benefício, Homans (1974) propôs que o lucro que uma pessoa tem com a troca equivale à diferença entre recompensa e custo. Ou seja, cada indivíduo internamente calcula as vantagens e desvantagens de qualquer ação, maximizando a recompensa e minimizando os custos, de forma natural.

Para esse autor, a interação entre pessoas é uma troca de bens materiais ou imateriais. Aqueles que dão alguma coisa aos outros tentam obter algo deles,

enquanto os que recebem se sentem pressionados a retribuir. Para aqueles envolvidos nesse processo, o que representa custo para quem dá equivale à recompensa para quem recebe. À medida que o lucro (recompensa menos custo) se aproxima do ponto máximo, o comportamento e volume de trocas se estabilizam.

Blau (1964) argumentou que o impulso inicial para a interação social é dado pela troca de benefícios, intrínsecos e extrínsecos, independentemente das obrigações normativas. Sendo uma aplicação das teorias utilitaristas e da escolha racional, o pressuposto é de que a interação entre os indivíduos ou coletividades pode ser caracterizada como tentativa de maximizar recompensas e reduzir custos. Uma interação é mantida se for considerada compensadora.

Ainda de acordo com Blau (1964), apenas a troca social tende a gerar sentimentos de obrigação, confiança e gratidão, enquanto a troca puramente econômica não gera tais sentimentos. Além do mais, esse autor excluiu desse tipo de interação aquelas ocorridas sob coação física ou que resultem do desejo de alguém corresponder às normas institucionalizadas. Refere-se, exclusivamente, às ações voluntárias dos indivíduos motivadas pelos retornos que suas ações possam trazer. Na análise desse autor a respeito da troca e do poder são quatro os recursos que dão poder: dinheiro, estima ou respeito, aceitação e aprovação social. Para o citado autor, o poder deriva da falta de equilíbrio nas trocas sociais, ou seja, o poder se baseia na incapacidade de um dos parceiros de retribuir um comportamento recompensador.

James Frazer, em 1919, pode ter sido o primeiro a tornar claras as análises das trocas em instituições sociais, explanando sobre a preferência dos aborígenes australianos por casamentos entre primos em vez de entre primos paralelos. Frazer ofereceu a seguinte explicação econômica para essa preferência: homens aborígenes não possuíam propriedade de valor suficiente para trocar por suas esposas; então, eles davam uma relativa parenta, prima ou irmã, para outro homem que lhes oferecesse a esposa desejada (SABATELLI; SHEHAN, 1993).

Na perspectiva de Frazer, portanto, os padrões estruturais sociais são um reflexo dos motivos econômicos dos indivíduos. Seus pressupostos sobre a maneira pela qual os processos das trocas elementares criavam mais do que padrões sociais complexos antecipavam aqueles encontrados em muitas perspectivas de trocas individuais encontradas na sociologia contemporânea. Esses pressupostos são os seguintes: (i) os processos de troca são o resultado de esforços dos indivíduos para preencher necessidades básicas; (ii) os processos de troca produzem retornos para os

integrantes, levando à padronização das interações sociais; (iii) os padrões de interação não somente servem às necessidades individuais, mas também restringem os tipos de estruturas sociais que podem emergir; (iv) os processos de trocas levam a diferenciação de poder e privilégio em grupos sociais (TURNER, 1986).

Malinowski (1922) formulou uma teoria das trocas sociais que, diferentemente de Frazer, desconsiderava o papel dos motivos econômicos nas interações interpessoais. Narrou suas observações do sistema de trocas chamado de Kula entre os trobriandeses, em que os primeiros bens trocados nesse sistema eram braceletes e colares. Como esses objetos não possuíam valor material, outros motivos deviam ser considerados para explicar o contínuo sistema de trocas. Eram trocados valores simbólicos que indicavam a importância das relações sociais entre as pessoas que participavam da troca. As trocas no Kula satisfaziam necessidades psicológicas de compartilhar, criando também obrigações sociais.

Marcel Mauss formulou a primeira perspectiva de trocas coletivas ou estruturais em sua reinterpretação das trocas na aliança de Kula. Mauss sentiu que Malinowski colocou muita ênfase no papel das necessidades psicológicas e negligenciou o papel das necessidades sociais. Em particular, Mauss relatou que os participantes em um relacionamento de troca são representantes de grupos sociais e, como tal, obrigados pelas normas do grupo. Então, padrões de reciprocidade no relacionamento de troca obedecem às normas do grupo (TURNER, 1986).

O trabalho do antropólogo Claude Lévi-Strauss talvez tenha tido impacto mais significativo na emergência de uma perspectiva das trocas coletivas modernas. A exemplo de Mauss, Lévi-Strauss apresentou uma teoria de trocas coletivas ou estruturais e foi fortemente influenciado pelo sociólogo Emile Durkheim.

Além dos autores mencionados, Bourdieu (1992) afirmou que as trocas simbólicas em sociedades complexas, monetarizadas e utilitaristas não são necessariamente financeiras ou equivalentes entre si. Trocam-se, antes de tudo, valores interpretados dentro de uma visão de mundo que lhes atribui significado.

Espera-se, à luz da teoria das trocas sociais e na perspectiva de Homans, analisar as maneiras como as famílias carentes do Município de Bambuí, MG, transferem recursos entre si para suprir suas necessidades.

2.3. Transferências familiares

A família é, até hoje, o mecanismo redistribucional de renda mais importante, mesmo em países desenvolvidos, que contam com extensivos programas públicos e privados de manutenção de renda. Transferências⁵ ou trocas são as estratégias de sobrevivência mais adotadas pela população, com baixo ou sem rendimento, em países em desenvolvimento. Os fluxos das transferências podem variar. Ser de uma via quando não há reciprocidade e de duas vias também pode não possuir nenhuma estrutura. Possuem características financeiras ou não financeiras, sendo efetuadas sempre de forma voluntária ou involuntária. Ocorrem entre pessoas da mesma geração ou entre diferentes gerações. As transferências de recursos entre membros familiares foram mais importantes que as transferências governamentais para a manutenção da renda, alimentação e moradia, a partir da década de 1950 até a de 1980, nos Estados Unidos (ALMEIDA, 1998).

As transferências abrangem uma dinâmica em que a solidariedade e a reciprocidade das relações estabelecem a coesão grupal e o sentimento de pertença. Essa dinâmica propicia o entendimento que parte do estabelecimento de vínculos sociais onde se constrói uma rede, a qual é consolidada a partir de trocas, tanto materiais quanto simbólicas (ROCHA, 2008). Vários tipos de transferência têm sido identificados, como: herança (após a morte), “intervivos” (entre pessoas vivas), intragerações e, ou, entre gerações, dentro da unidade familiar e, ou, entre unidades familiares (SILVA, 1997).

Entre as razões pelas quais as famílias se interagem para oferecer e, ou, obter ajuda podem ser citadas as tarefas cotidianas, moradia (na forma de cessão de habitação ou a co-habitação), remessas regulares de dinheiro ou auxílio em ocasiões de emergência, alimentação, serviços de diversas naturezas (cuidado com os incapazes, cuidado com os idosos, preparo de alimentos, cuidado com a casa, cuidado com o dinheiro etc.), conselhos, transporte. As famílias que possuem algum membro desempregado recorrem, com muita frequência, às transferências e às trocas de serviços, para atingir um padrão mínimo de vida (ALMEIDA, 1998).

⁵ É o ato de transferir algum objeto a alguém, sendo que esse objeto pode ser material, imaterial ou simbólico; podendo possuir, também, algum valor econômico ou não econômico. Esse ato envolve custo e recompensa.

As implicações das transferências podem representar potenciais perdas e ganhos. O lucro que uma pessoa tem com uma troca equivale à diferença entre recompensas menos custos. Assim, quanto mais os atores sociais lucrarem com a interação, a durabilidade da relação será contínua e positiva. Um exemplo é o caso da avó que toma conta do bebê para que os pais jovens possam trabalhar. Ela renuncia ao aumento de sua renda ao reduzir sua própria contribuição para pensão e seguridade social, o que afetará sua renda futura (LEAL, 2006).

No Brasil, as transferências e doações, efetuadas por instituições públicas e privadas, ou por pessoas particulares, têm o objetivo geral de amenizar as condições de vida da população de baixa renda. Por exemplo, os idosos estão sendo levados a assumir papéis não previstos, em consequência dos ciclos de crise econômica enfrentados pela população, como desemprego, expansão da pobreza, concentração de renda, separação, drogas e crescimento da violência, levando muitas vezes os filhos adultos a se tornarem dependentes de seus pais aposentados. Ocorre, assim, uma inversão de papéis: os idosos é que passam a assistir aos filhos. Esse fenômeno tem sido cada vez mais visível em famílias de baixa renda (ALMEIDA, 1998).

O motivo das inversões dos papéis é em virtude de que as famílias de idosos estão em melhores condições econômicas do que as demais famílias, visto que a aposentadoria, ou pensão do idoso, eleva a renda familiar. Outro fator que contribui para essas inversões se deve ao tipo de arranjo interno e às etapas do ciclo familiar, em que existem diferentes relações de dependência econômica entre os membros (ALMEIDA, 1998).

A ajuda da família está associada ao relacionamento entre parentes, assim como ocorre entre vizinhos e amigos. Pode-se dar pela convivência e sociabilidade, tanto nos momentos de prazer (festas, visitas, ocasiões especiais) quanto nos de dor (doença, morte etc.); ou, mesmo, quando os laços afetivos são estabelecidos e estreitados por meio de visitas, telefonemas, troca de correspondências e de presentes. Além disso, o relacionamento costuma se dar, com muita frequência, pela prestação recíproca de favores, como nos empréstimos em dinheiro, na ajuda dos afazeres domésticos e nos cuidados das crianças, dos doentes e dos idosos (BRUSCHINI, 1990).

É fácil reconhecer as contribuições dos membros da família para o sustento da unidade doméstica; difícil é quantificar ou atribuir valor financeiro à ajuda recebida e proporcionada. Nem sempre os favorecidos ou, mesmo, aqueles que

prestam serviços sabem dimensionar apropriadamente a importância das transferências de recursos entre membros familiares, pois esse tipo de ajuda tende a cair na rotina ou no esquecimento quanto ao seu valor e importância. Ainda, em algumas situações, a ajuda é considerada uma obrigação, já que, a partir de dívidas de favores anteriores, os familiares nem consideram que a recebem (LEAL, 2006).

Segundo Almeida (1998), há outros fatores que devem ser considerados nas transferências, a exemplo da solidariedade, fator constante na cultura brasileira, devido à tendência de as pessoas, muitas vezes, considerarem uma obrigação social. Os indivíduos mantêm mutuamente laços de parentescos e de solidariedade, dentro e fora da unidade doméstica, tendo como objetivos o bem-estar de seus membros e um melhor padrão de vida.

Percebe-se no mundo contemporâneo que muitos são os que apregoam a era do individualismo e da perda dos valores sociais. Mas ao atentar para a permanência de relações primárias, sejam estas comunitárias, de amizade ou familiares, e, ao mesmo tempo, para o surgimento de solidariedades em escalas mundiais na chamada “sociedade da informação”, encontra-se que muitos sentimentos humanos, diferentes, às vezes opostos, aos reproduzidos pelo comportamento hegemônico criado pelo sistema capitalista, estão ainda presentes de forma viva nas dinâmicas e arranjos socioculturais da sociedade. A dádiva, que não estava em lugar nenhum, aparece em toda parte. Aquela pessoa que afirmava que as pessoas são egoístas se revela generosa (SERVILHA, 2008).

2.3.1. Tipos de transferência

Os tipos de transferência podem ser captados a partir de três dimensões, quais sejam: material, instrumental ou funcional (SAAD, 1998). Considera-se como transferência material o apoio envolvendo dinheiro ou artigos de necessidade, como: comida, roupas e utensílios domésticos; como transferência instrumental aquele envolvendo atividades instrumentais da vida diária; e como funcional o que envolveu atividades funcionais da vida diária.

As atividades da vida diária incluem, no caso de transferência: preparar refeições; fazer compras; fazer tarefas domésticas leves; fazer tarefas domésticas pesadas; cuidar de seu próprio dinheiro; cuidar da casa de filhos ou parentes; tomar

conta do negócio de filhos/pais ou parentes; tomar conta de netos; e tomar conta de pais. As atividades funcionais da vida diária incluem: dar banho; vestir; comer; deitar; sentar ou levantar; caminhar; sair de casa; e usar o banheiro ou sanitário.

Segundo Leal (2006), a troca de bens e serviços ou as transferências de renda entre famílias são extremamente importantes na manutenção da subsistência, sobrevivência e na melhoria da qualidade de vida, embora com recursos limitados, as redes de parentesco atuam nessas situações, fornecendo ajuda financeira e de outros tipos. Assim, as famílias se unem para maximizar seus recursos, na expectativa de uma relação de reciprocidade. Além do mais, o tipo de ajuda fornecida ou recebida está relacionado com o estágio do ciclo de vida em que a família se encontra, assim como está associado às características socioeconômicas e demográficas, tanto dos receptores quanto dos doadores (ALMEIDA, 1998).

A ajuda da família associada ao apoio econômico é assegurada pela rede familiar, podendo ser por meio de auxílio monetário direto oferecido pelos membros mais abastados da família, ou por meio de arranjos indiretos (pagamentos pelos avôs de gastos com a educação, com a saúde dos netos); empréstimos de moradia e sustento garantido aos idosos pelos mais jovens; entre outros (BRUSCHINI, 1990).

Esta é uma importante questão, pois traz implicações para o orçamento doméstico, quais sejam: o custo é de quem faz a doação; a recompensa em curto prazo é de quem recebe a doação, que pode ser direta ou indiretamente; mas, em longo prazo, pode haver vantagens para o doador primário.

É importante destacar a forte demanda da população idosa por cuidados de saúde. Porém, os idosos contribuem com o trabalho doméstico e, quando realiza o trabalho dentro de casa, colabora diretamente para a reprodução da unidade doméstica, tanto por meio da socialização das crianças, da manutenção da roupa, do preparo das refeições quanto por outros meios. Liberam membros familiares para trabalharem ou, até mesmo, para procurarem emprego, e indiretamente contribuem para o ganho de renda (LEAL, 2006).

Segundo D'Avila-Bacarji et al. (2005), o suporte parental de atenção à criança é fator crucial, pois resultados salientam a necessidade de cuidados com a saúde de crianças vulneráveis, assim como da necessidade de despender tempo de apoio ao desenvolvimento e emoções da criança. Assim, é importante que crianças vivam em ambientes mais apoiadores, tanto em termos econômicos, afetivos e de cuidadores. Em complementação, Pettengill e Angelo (2000) buscaram compreender

o significado de cuidados com a criança pela família, concluindo tratar-se de grande desafio para a família cuidar da criança e trabalhar ao mesmo tempo.

2.3.2. Fluxo e intensidade das transferências

De acordo com Saad (1998; 2003; 2004), embora sejam poucos os estudos sobre transferências de recursos entre membros familiares no Brasil e na América Latina, o conhecimento empírico acumulado a esse respeito, principalmente em outras regiões, é bastante expressivo. Sabe-se, por exemplo, que a intensidade e direção do fluxo de apoio entre pais idosos e filhos adultos estão fortemente associadas ao estado conjugal de ambas as partes.

Os idosos viúvos em geral são os que tendem a receber mais assistência de seus filhos adultos, enquanto os casados são os que tendem a dar mais assistência (CRIMMINS; INGEGNERI, 1990; ROSSI; ROSSI, 1990). De acordo com Hoyert (1991), filhos casados, no entanto, são menos propensos do que os não casados a se envolver em alguma forma de intercâmbio de apoio com seus pais idosos, enquanto as filhas separadas, divorciadas ou desquitadas representam a categoria mais provável de receber ajuda de pais idosos.

Além do estado conjugal, outras características familiares aparecem frequentemente associadas com diferentes padrões de suporte. Espera-se, por exemplo, que maior número de filhos vivos aumente substancialmente as chances de o idoso receber algum tipo de apoio familiar (HOYERT, 1991). No entanto, mais do que em qualquer outro estágio de seu ciclo de vida, as chances de filhos adultos receberem ajuda de seus pais idosos aumentam durante o período em que eles próprios são pais de crianças pequenas (EGGEBEEN; HOGAN, 1990). Da mesma forma, a importância do gênero tanto de pais quanto de filhos na definição dos fluxos de suporte transparece em diversos estudos. Em geral, o apoio oferecido pelas filhas a seus pais idosos é mais intenso e diversificado do que o apoio oferecido pelos filhos (SPITZE; LOGAN, 1990; COWARD; DWYER, 1990). Dentro da perspectiva dos idosos, no entanto, as mulheres aparecem muito mais frequentemente do que os homens engajadas em fluxos de apoio (ROSSI, 1986), o que costuma ser atribuído não só às suas maiores necessidades financeiras, mas também ao fato de serem elas mais apegadas emocionalmente aos filhos (SHI, 1993).

As teorias sociobiológicas (LOW, 1998), também conhecidas como "teorias evolucionistas" (ou neodarwinistas), sugerem que os fluxos de riqueza devem ser descendentes, à medida que os pais e os avôs investem nos seus descendentes de modo a maximizar o valor reprodutivo familiar (ou seja, de modo a perpetuar, com máximo tamanho e probabilidade de sucesso, a linhagem genética).

Outros resultados comuns na literatura sobre transferências de apoio familiar se referem à importância dos recursos físicos e financeiros e da distância geográfica separando gerações, no que diz respeito ao balanço nas trocas de apoio entre pais idosos e filhos adultos. Diversos estudos apontam que, quanto menor a renda e piores as condições de saúde, maiores as suas chances de receber ajuda informal e, logicamente, menor a sua habilidade em prover algum tipo de apoio (DOWD, 1980; WOROBEY; ANGEL, 1990; SPEARE *et al.*, 1991). Entretanto, a distância geográfica aparece, em outros estudos, como fator determinante não só do tipo de interação das diferentes gerações dentro da família, mas também da frequência com que elas ocorrem (KIVETT; ATKINSON, 1984; LIN; ROGERSON, 1995).

Os estudos de contabilidade geracional têm demonstrado que os fluxos intergeracionais de riquezas são predominantemente descendentes (KAPLAN, 1994; LEE, 2003) e que essa direção segue padrões diferentes de acordo com seu caráter público (dos adultos para os idosos) ou privado (dos pais para os filhos).

A literatura sobre transferências privadas estabelece três tipos de fluxos de transferência: ascendente, nula e descendente (ARRONDEL; MASSON, 2006; LAFERRÈRE; WOLFF, 2006; SCHOKKAERT, 2006). O fluxo de transferência informal entre familiares, quando se mostra extremamente intenso em ambos os sentidos, permite duas avaliações importantes. Primeiro, o intenso fluxo de ajuda informal no sentido ascendente estaria substituindo parcela importante do suporte que deveria ser transferido aos membros mais idosos da sociedade via instrumentos formais. O fluxo no sentido inverso, porém, estaria explicitando as consequências perversas para os idosos de um contexto socioeconômico desfavorável, no qual eles não só veem se exaurirem as principais fontes de ajuda informal, como acabam por arcar com o ônus de se tornarem eles mesmos fonte de ajuda informal para seus familiares (SAAD, 1998).

Observa-se que o apoio entre gerações no Brasil está associado às relações de troca e ajuda mútua entre pais e filhos, assegurando a sobrevivência nas idades mais avançadas em decorrência, principalmente, da situação de carência que predomina

em grande parte da população brasileira. Tal situação tem feito com que cresça o número de filhos adultos que se têm tornado de certa forma dependente de pais idosos. Tanto a casa dos aposentados quanto a sua aposentadoria têm-se transformado em valiosos e, em alguns casos, únicos proventos familiares. Entre os diversos motivos dessas transferências intergeracionais, destacam-se: o seguro-velhice (fundamentada num mercado implícito e capital familiar em que os pais investem nos filhos com doações e empréstimos, com a exigência de compensações futuras) e a hipótese do altruísmo (os pais investem na educação dos filhos por meio de doações, sem a exigência das compensações futuras). A impressão deixada é de que há um contrato intergeracional durante a vida familiar, em que cada membro da família desempenha diferente papel em cada estágio da vida. Normas tradicionais somam-se a pressões sociais, motivando o fluxo de apoio entre as diferentes gerações (SAAD, 2004).

Há um contrassenso a essa visão. Alguns autores admitem que os idosos sejam indivíduos dependentes, por não participarem da produção de bens e serviços na economia, o que os leva a discutir a associação entre envelhecimento e dependência. Reafirmam que o cenário do envelhecimento populacional é preocupante, por demandar mudanças no perfil das políticas públicas, estabelecendo desafios para o Estado, a sociedade e a família, posto que o idoso gasta mais que o jovem e seu potencial produtivo tende a zero. Consideram que o pensamento comum é o de que o envelhecimento acarreta carga para a família e o Estado, sendo o idoso considerado dependente. Entretanto, observa-se que o idoso tem-se tornado fundamental, nos mecanismos sociais de transferências e trocas, contrariando a opinião do senso comum, as estatísticas mostram que os idosos são produtivos e que, no Brasil, os mais velhos trabalham até a idade avançada. Dessa forma, pessoas idosas ajudam com sua renda sua família estendida, e essa renda passa a ter impacto positivo na diminuição da pobreza (LEAL, 2006).

Ademais, há evidências empíricas de que a alocação de recursos (transmissão da terra e demais heranças relacionadas) entre filhos de famílias de agricultores sofre distinção por sexo e idade na intenção de resolver o *trade off* entre provisão dos filhos e manutenção da entidade econômica produtiva (a propriedade rural). Essas distinções são, em maior ou menor grau, influenciadas por pressão demográfica, nível de recursos relativos da família e número e sexo das crianças (HRDY; JUDGE, 1993).

A sociologia das trocas geracionais, por seu turno, utiliza três diferentes escopos: estrutural, institucional e cultural. Pela ótica estrutural, as trocas intergeracionais são influenciadas por mudanças demográficas pelas relações de gênero e pela distribuição dos perfis ocupacionais, entre outros. Segundo as análises institucionais, as trocas são em parte reguladas e têm seu papel modificado na presença, por exemplo, de instituições pró-idoso ou regras tácitas de apoio familiar por gênero e ordem do filho. A perspectiva culturalista dá relevo às especificidades locais e às manifestações idiossincráticas dos costumes como explicação para determinados arranjos de suporte geracional. Parte dos trabalhos culturalistas enfatiza o processo de modernização (individualização) como uma nova faceta cultural que leva a alterações nos arranjos de solidariedade intergeracional (KOHLI, 2004).

Embora ainda não se vislumbre um aporte significativo de suporte formal ao idoso no curto ou médio prazos, já começam a surgir suspeitas, diante das transformações demográficas e socioeconômicas ora em curso, quanto à disponibilidade futura de apoio informal a famílias vulneráveis. À medida que as mulheres se engajam cada vez mais em atividades econômicas, é de se esperar um decréscimo de seu tempo disponível para o cuidado básico. Entretanto, sendo a coresidência entre gerações fortemente dependente do número de filhos, a drástica diminuição no número de filhos decorrente da queda acelerada dos níveis de fecundidade leva a crer em dificuldades crescentes por parte das gerações futuras quanto a receber apoio (SAAD, 1998).

2.3.3. Motivos que levam ao (não) fornecimento ou ao (não) recebimento de transferências

O que motiva os membros familiares a se envolverem na troca de recursos? Amor, benevolência e altruísmo por um lado e interesse na reciprocidade por outro são as duas principais respostas que têm sido dadas pela literatura a essa pergunta (GUEDES *et al.*, 2009). Diversas hipóteses têm sido elaboradas com relação às motivações que levam às transferências de recursos entre membros familiares. Uma compilação dessas hipóteses, fixando-se naquelas citadas com maior frequência na literatura especializada sobre a questão, está descrita nos parágrafos subsequentes.

Em uma das hipóteses que os citados autores denominam seguro de velhice, ressaltam-se as dificuldades em encontrar alternativa confiável de poupança para a velhice nos países menos desenvolvidos. Em contexto em que as instituições financeiras são primitivas, os direitos de propriedade nem sempre respeitados, a moeda sujeita a constante inflação e os esquemas governamentais de seguro social, pensões privadas e seguro-saúde praticamente inexistem (LILLARD; WILLIS, 1997), a teoria afirma que os filhos representam a única chance de pessoas comuns terem algum tipo de seguro nas idades mais avançadas, ainda que representem investimentos de risco, uma vez que podem morrer prematuramente, não evoluir em termos financeiros ou, mesmo, não serem leais para com seus pais. Essa hipótese sugere que os níveis de fecundidade devem cair concomitantes ao desenvolvimento econômico, à medida que os idosos passem de forma crescente a contar com métodos de transferências fundamentados no mercado ou no setor público, diminuindo, portanto, o benefício agregado de cada filho.

Uma hipótese alternativa, denominada pelos autores como compensação parental, enfatiza a ideia de empréstimo em lugar das dificuldades de poupança. Ao considerar a escassez de mecanismos de empréstimos disponíveis no mercado com base em garantias de renda futura, a teoria postula que existe um mercado implícito de capital familiar, no qual os pais financiam investimentos de capital humano em seus filhos, através de uma combinação de doações e empréstimos, e estes, em compensação, retribuem oferecendo ajuda a seus pais quando estes atingem idades mais elevadas (LILLARD; WILLIS, 1997).

Outra hipótese mencionada com frequência é a chamada hipótese do altruísmo. O sentimento altruístico entre os membros da família explicaria muitos aspectos do comportamento familiar (BECKER, 1974; 1991). Um desses aspectos seria, por exemplo, a alocação eficiente dos recursos familiares a cargo de um chefe de domicílio altruísta, capaz de prover os membros da família com os benefícios de um consumo equilibrado ao longo do ciclo de vida e diante de períodos de incertezas que, caso contrário, exigiriam tomadas de empréstimo ou compras de seguro no mercado (LILLARD; WILLIS, 1997). Dentro desse contexto, supõe-se que, quanto mais altruísta o chefe do domicílio, maiores os investimentos na educação dos filhos por meio de doações, isto é, sem a exigência de compensações futuras. Como bem observado, no entanto, torna-se muito difícil distinguir empiricamente o que seja uma transferência movida por sentimentos altruístas e outra que reflita, mais

adequadamente, um contrato eficiente estabelecido implicitamente entre membros da família (LILLARD; WILLIS, 1997).

Os estudos microeconômicos sobre motivações para as trocas apontam em direções conflitantes. Parte dos estudos evidencia que as trocas são principalmente motivadas pelo altruísmo do indivíduo que faz a transferência (FOSTER; ROSENZWEIG, 2001; LAITNER; JUSTER, 1996; TOMES, 1981; LYE et al., 1995; BENGTON; MURRAY, 1993; CICIRELLI, 1981; HAMON, 1990); outra parte aponta para a troca estratégica (BERNHEIM *et al.*, 1985; MENCHIK, 1988; COX, 1987; ALTONJI *et al.*, 1997). Estudos recentes têm trazido evidências de que as teorias econômicas motivacionais são, em algum grau, complementares e seu peso varia de acordo com o tipo de recurso transmitido (VANWEY; NELSON, 2007), dos benefícios, preferências e necessidades dos agentes envolvidos (DAVANZO; CHAN, 1994; LOGAN; BIAN, 1999) e dos diferentes contextos culturais (BONGAARTS; ZIMMER, 2002).

As teorias sociobiológicas (LOW, 1998), também conhecidas como "teorias evolucionistas" (ou neodarwinistas), sugerem que o motivo é dado pela capacidade de determinada família de alocar recursos, a fim de perpetuar o número máximo de genes que sejam mais adequados ao aumento do numerário familiar (HRDY; JUDGE, 1993; SMITH *et al.*, 1987). Apesar da redução da fecundidade em grande parte das sociedades contemporâneas, as evidências de fluxos descendentes de riquezas em sociedades em diversos graus de amadurecimento econômico (LEE, 2003; KAPLAN, 1994; LEE; KRAMER, 2002; STECKLOV, 1997) e preferência por investimento em filhos com maior valor reprodutivo (SMITH et al., 1987) fornecem, ainda, vigor aos que advogam em favor da transmissão de riqueza material como forma de investimento parental.

A questão identificada no quadro teórico das trocas sociais, em geral, foca como o relacionamento se desenvolve, como o relacionamento é experimentado e como é a dinâmica emergente entre os padrões e os fatores mediadores de estabilidade de relacionamento. Especificamente, o interesse no quadro das trocas sociais é o modo de atração, satisfação, reciprocidade, justiça, compromisso, confiança e dependência como mediadoras de níveis de dependência de envolvimento que caracterizam o relacionamento. O quadro das trocas, em adição, encoraja o cientista social da família a focar no papel central que os atores esperam ao avaliar relacionamento (SABATELLI; SHEHAN, 1993).

A maior participação das mulheres no mercado de trabalho e o menor número de filhos, ao mesmo tempo que impõe obstáculos às transferências, também favorecem através de outros mecanismos as transferências. O fato de trabalhar irá aumentar sobremaneira a chance de a mulher fornecer ajuda material aos pais, ao marido e aos filhos, já que, como indicam os resultados, este tipo de ajuda está positivamente associado à atividade econômica, além de não depender de qualquer proximidade física entre as gerações. Entretanto, menor número de filhos significará disputa menos acirrada com os netos pelos recursos financeiros dos filhos adultos. Ainda a favor da manutenção de intenso fluxo de ajuda informal aos idosos por parte de filhos adultos, há o peso de valores culturais fortemente arraigados, que se traduzem em uma espécie de contrato social entre gerações (SAAD, 1998).

A atribuição de responsabilidade e o custo em transferências sobre a intenção de comportamento de ajuda, bem como a mediação exercida pelo estado emocional sobre a relação entre atribuição e ajuda, são fatores que levam ou não ao fornecimento ou recebimento de transferências (PILATI et al., 2008).

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo caracterizou-se metodologicamente como um estudo descritivo, porque o objetivo foi identificar e analisar as transferências de dinheiro, de bens e de serviços entre membros de famílias carentes residentes no Município de Bambuí, MG.

3.1. Área de estudo

O local de estudo selecionado foi o Município de Bambuí, localizado na região Centro-Oeste do Estado de Minas Gerais. O município possui 21.697 habitantes, sendo 17,72% considerados carentes, vivendo com renda *per capita* mensal menor do que R\$75,50 (setenta e cinco reais e cinquenta centavos) no ano de 2000 (PNUD, 2003).

De acordo com o PNUD (2003), em 2000 o Município de Bambuí apresentava as seguintes características: Densidade demográfica de 14,9 habitantes por quilômetro quadrado, índice de mortalidade infantil de 18,68% (até 1 ano de idade) e 20,46% (até 5 anos de idade); índice de probabilidade de 85,87% de sobrevivência até 60 anos; percentual de 34,42% de pessoas maiores de 25 anos com menos de quatro anos de estudo; renda *per capita* de R\$246,07; percentual de 14,74% de pessoas com mais de 50% da sua renda proveniente de transferências governamentais; índice de Gini de 0,49; percentual de 17,72% de pessoas com renda *per capita* abaixo de R\$75,50; índice de intensidade da indigência de 43,34%; índice de intensidade da pobreza de 31,51%; e índice de desenvolvimento municipal-renda de 0,692.

O procedimento para a delimitação geográfica da área do estudo utilizada na pesquisa consistiu em classificar os bairros de Bambuí de acordo com a renda familiar e os aspectos construtivos das habitações.

A zona de estudo foi escolhida como referência empírica porque, pela própria definição, se constituía em localidades de acesso de moradia para os segmentos sociais relativamente com rendas mais baixas do município (RABELO *et al.*, 2008). No município havia oito macrozonas, conforme pode ser observado na Figura 1.

As macrozonas são divididas de acordo com o número de habitantes por cômodo do domicílio, adequação da infraestrutura (saneamento, água, pavimentação, energia elétrica), número de comércio local, número de indústria. Existem oito zonas, definidas pelas cores (Figura 1), com o total de 24 bairros. Das oito zonas, foram identificadas para o estudo apenas a zona de interesse social – ZEIS, referente aos bairros: Nações, Campos, Jardim das Oliveiras e Aeroporto. Esses bairros foram selecionados considerando-se a homogeneidade das zonas quanto ao critério de renda e devido à sua localização geográfica, o que revela que eles estão situados entre as demais zonas. Esse fato permitiu pressupor que os seus residentes eram efetivamente os que se situavam nos níveis mais baixos de renda, critério definido para identificar e analisar as transferências de recursos entre membros familiares.

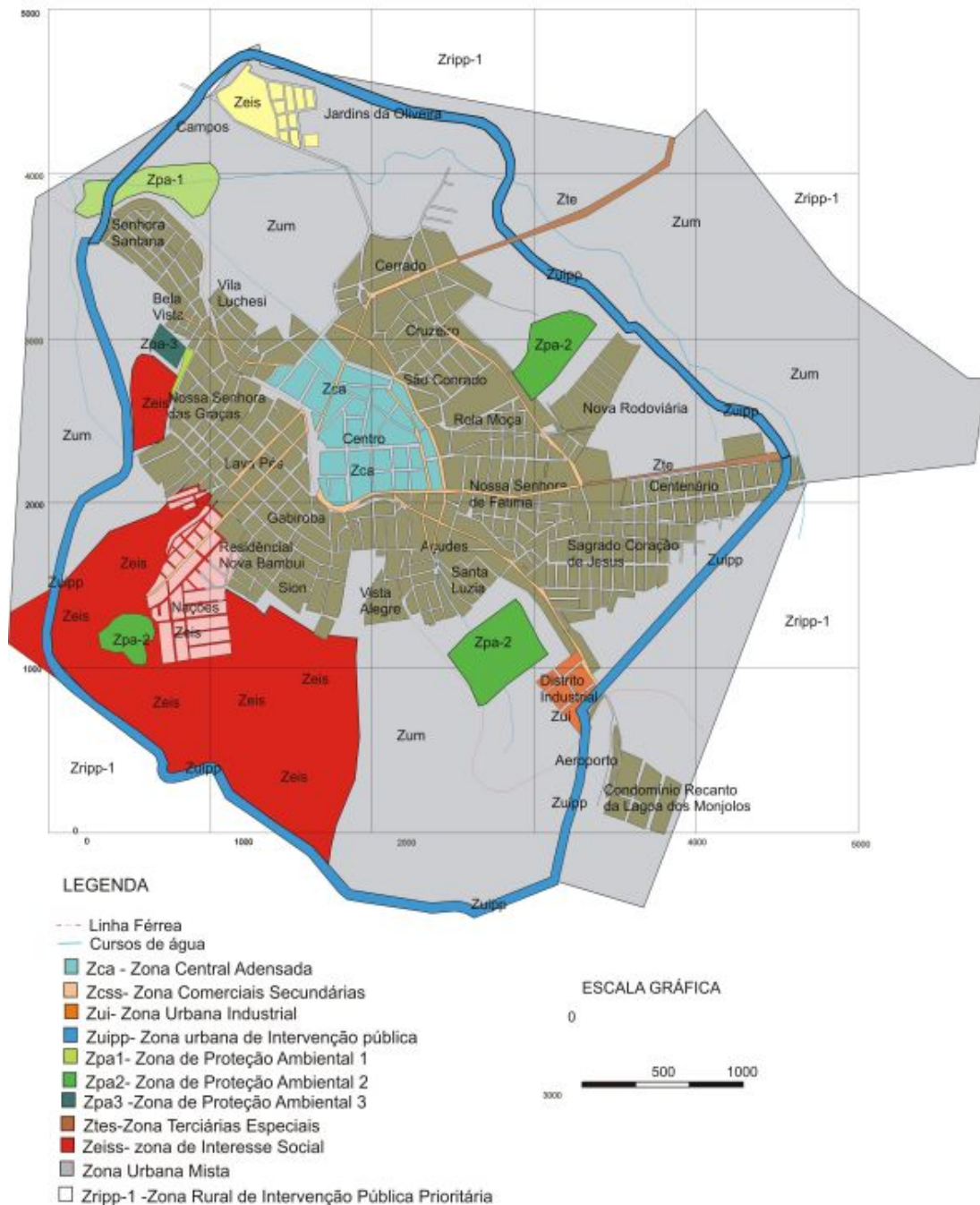


Figura 1 - Mapa do macrozoneamento urbano, segundo o Diagnóstico Habitacional Municipal, Bambuí, 2008.

Fonte: RABELO et al., 2008.

3.2. População e amostra

De acordo com dados do PNUD (2003), o Município de Bambuí, no ano de 2000, apresentava um percentual de 17,72% da população com renda *per capita* inferior a R\$75,50, o que indica o quantitativo da população pobre. Nesse mesmo

ano, conforme a FJP (2000), a população residente total da área urbana era de 17.672. Considerando a população urbana total e o percentual de pessoas com renda inferior a R\$75,50, tem-se uma população carente de 3.131 pessoas e 173 famílias carentes nos bairros em estudo.

De acordo com dados da SMAS (2008), as famílias dos quatro bairros em questão são caracterizadas como famílias carentes, em virtude da baixa alfabetização, baixa renda e precariedade das habitações. Considerando a representatividade desses bairros para o estudo em questão e assumindo a existência de 173 famílias residentes e a sua homogeneidade pelo nível de renda familiar do recebedor principal, compreendida entre R\$300,00 e R\$860,00, pôde-se introduzir o processo não probabilístico para a delimitação da amostra.

Do total de famílias, pôde-se assumir que 60 delas pudessem representar o total de famílias dos bairros. Como processo de seleção, foram considerados cinco pontos geográficos de cada bairro, onde foram entrevistadas três famílias em cada um desses pontos. Como critério de seleção da primeira família, escolhia-se em ordem crescente da numeração das residências o menor número da casa. Como critério de substituição de família que não aceitasse participar voluntariamente da entrevista, optou-se pela substituição pela próxima residência. Essa decisão decorreu do fato de serem objetos de estudo as transferências de recursos entre membros familiares; esse procedimento permitiu identificar as interações que ocorriam entre famílias residentes em diferentes pontos geográficos.

3.2.1. Unidade de análise

Utilizaram-se como unidade de análise as famílias carentes do Município de Bambuí, MG, coletando do chefe familiar informações que subsidiaram as análises desta pesquisa. Entende-se por chefe familiar o(a) provedor principal que recebe a maior renda do domicílio e que cuida do provimento de recursos para os outros membros familiares.

3.3. Objeto de estudo

O objeto de estudo caracterizou-se pelas transferências de recursos entre membros familiares num contexto socioeconômico descrito na Tabela 1. Observou-se que tanto a renda *per capita* quanto o PIB *per capita* do município em questão, comparado com o município da microrregião de mesma homogeneidade, Piumhi⁶, e da capital do Estado, Belo Horizonte⁷, eram inferiores. Outros índices também se mostraram inferiores, como o IDH – Índice de Desenvolvimento Humano.

Tabela 1 - Comparativo entre Bambuí X Piumhi X Belo Horizonte, 2000

TEMAS	MUNICÍPIOS		
	Bambuí (MG)	Belo Horizonte (MG)	Piumhi (MG)
População urbana	17672	2238526	25225
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal	0,788	0,839	0,8
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal-Educação	0,86	0,929	0,837
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal-Longevidade	0,811	0,759	0,818
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal-Renda	0,692	0,828	0,744
Taxa de alfabetização	88,13	95,38	90,32
Intensidade da indigência	43,34	55,92	59,28
Intensidade da pobreza	31,51	40,64	35,24
PIB	81686	14363974	147245
Renda per Capita	246,07	557,44	337,11
PIB per Capita	4,622	6,417	5,837

Fonte: FJP, 2000; PNUD, 2003.

Dessa forma sobre o objeto de estudo em questão foram investigados os fluxos materiais e imateriais que ocorrem dentro da família, tanto quanto a sua reciprocidade ou não.

3.3.1. Variáveis de estudo

Para fazer a identificação e a análise das transferências de recursos entre membros familiares na comunidade escolhida, as variáveis foram selecionadas e agrupadas de acordo com os objetivos do estudo. Assim, nesta pesquisa foram operacionalizadas as seguintes variáveis: características sociodemográficas; fatores

⁶ O Município de Piumhi foi escolhido por se tratar de uma cidade pertencente à mesma zona microrregional; não foram selecionados outros municípios dessa microrregião por serem muito discrepantes em relação ao município em estudo.

⁷ O Município de Belo Horizonte foi escolhido por se tratar da capital mineira, como referência em relação aos indicadores e por ser mais conhecido do que outras municipalidades.

que contribuem para que as famílias recebam e deem ajuda; os fatores que contribuem para que essas ajudas se repitam; critérios e sentimentos de intencionalidade e reciprocidade dos doadores e receptores; e formas de retribuição e, ou, reconhecimento dos receptores de ajuda.

3.3.2. Coleta e análise dos dados

As características demográficas e socioeconômicas consideradas neste estudo foram operacionalizadas através das seguintes variáveis:

- Localização geográfica: endereço físico da residência na data da aplicação da entrevista (rua, número da casa e bairro).

- Características do chefe da família:

- a. Idade: data de nascimento, sendo quantificada em anos até a data da pesquisa.
- b. Escolaridade: última série cursada.
- c. Gênero: se masculino ou feminino.
- d. Etnia: podendo ser branca, parda, negra, amarela, indígena.
- e. Religião: cultura religiosa.
- f. Estado civil do chefe: situação em que o chefe se encontrava perante o Código Civil Brasileiro, podendo ser solteiro, casado (incluem-se as uniões estáveis), viúvo e separado.
- g. Ocupação: se formal ou informal, na data da pesquisa.
- h. Periodicidade da entrada da renda principal: como se dava a forma de pagamento, podendo ser: diarista, mensalista, periódico ou temporário, regular ou irregular.
- i. Renda principal: renda principal mensal, em moeda corrente (real) do país na data da pesquisa.

- Renda de outros membros da família que contribuíssem para o orçamento da unidade doméstica, em moeda corrente do país na data da pesquisa.

- Renda familiar: soma de todas as entradas de rendimentos do(a) chefe familiar com as dos outros membros da família que contribuíssem para o orçamento familiar nos últimos seis meses antecedente à data desta pesquisa.

- Tipo de acesso à moradia: detenção de propriedade, na data da pesquisa, podendo ser própria, financiada, alugada ou cedida.

- Tamanho da família: número de pessoas que residiam no mesmo domicílio.

- Composição da família: relacionamento dos outros residentes com o chefe da família, na data da pesquisa.

- Saúde: declaração do(a) chefe familiar se existia algum membro que recebia/doava cuidados a outro membro que residia na unidade familiar, o tempo que era dedicado semanalmente a essa pessoa e se a situação era permanente (desde quando) ou temporária (até quando).

Essas variáveis são de origem quantitativa, não necessitando de categorização. Porém, recodificaram-se as seguintes variáveis: idade e escolaridade. A recodificação foi de transformação de informações em anos.

3.3.3. Itens recebidos e transferidos pelas famílias

Os tipos de transferência foram captados a partir de três dimensões: material, instrumental ou funcional, sendo organizados em seis categorias: alimentação, habitação, vestuário, dinheiro, serviços e outros. Entretanto, para o item serviço foi solicitado qual tipo de serviço, ficando em aberto a questão ao entrevistado para que ele pudesse detalhar os tipos de serviço.

Foram indagados os seguintes itens ao chefe familiar:

- Doações: os itens doados (alimentação, habitação, vestuário, dinheiro, serviços e outros) nos últimos seis meses, tendo como base a data da pesquisa.

- Recebimentos: os itens recebidos (alimentação, habitação, vestuário, dinheiro, serviços e outros) nos últimos seis meses, tendo como base a data da pesquisa.

A variável serviço, de natureza qualitativa, foi categorizada, a fim de facilitar as análises estatísticas.

3.3.4. Motivos que levam as famílias carentes receberem ou ajudarem os familiares

Os motivos que contribuem para que as famílias recebam e doam ajuda foram indagados aos(as) chefes familiares, sendo operacionalizados por meio das seguintes variáveis:

- Motivo(s) do recebimento: o(s) motivo(s) que levou/levaram a receber a ajuda.

- Motivo(s) de doação: o(s) motivo(s) (causas) que levou/levaram a doar.

Essas variáveis são de natureza qualitativa, as quais foram categorizadas em: altruísmo, baixo custo, compensação, seguro-velhice e outros. Essa categorização foi necessária para facilitar as análises estatísticas.

3.3.5. Motivos que contribuem para que as transferências de recursos entre membros familiares se repitam

Os motivos que contribuem para que as transferências se repitam e se mantenham foram indagadas ao(a) chefe familiar. Essa variável de natureza qualitativa foi categorizada, a fim de facilitar as análises estatísticas, sendo categorizadas em: necessidade, compensação, altruísmo, seguro-velhice, baixo custo e outros.

3.3.6. Sentimentos de intencionalidade e reciprocidade dos doadores e receptores de ajuda

Os sentimentos de intencionalidade e reciprocidade dos doadores e receptores foram indagados ao(a) chefe familiar e operacionalizados através das seguintes variáveis:

- Sentimentos na doação: os sentimentos experimentados quanto à doação de ajuda.

- Sentimentos na recepção: os sentimentos experimentados quanto à recepção de ajuda.

- Intencionalidade: a intenção da transferência, qual o objetivo da ajuda.

Essas variáveis de natureza qualitativa foram categorizadas e agrupadas para facilitar as análises estatísticas em: necessidade de pertencimento, alegria, tristeza e outros.

3.3.7. Formas de retribuição e, ou, reconhecimento dos recebedores de ajuda

As formas de retribuição e reconhecimento dos recebedores foram indagados ao(a) chefe familiar. Sendo operacionalizado através do item:

- Reciprocidade: a retribuição e a forma de retribuição (se houver) esperadas pelo doador; ou, se doador, como ele percebe a forma pela qual o receptor o retribui.

Essa era uma variável de natureza qualitativa que foi categorizada e agrupada para facilitar as análises estatísticas, em: cuidados na velhice, dinheiro, gratidão e outros.

3.4. Coleta e análise dos dados

O instrumento de coleta de dados constituiu-se num roteiro de entrevista semiestruturado. Esse roteiro buscou as seguintes informações – características sociodemográficas; fatores que contribuíssem para que as famílias recebessem e oferecessem ajuda; fatores que contribuíssem para que as transferências se repetissem; critérios e sentimentos de intencionalidade e reciprocidade dos doadores e receptores; formas de retribuição e, ou, reconhecimento dos receptores de ajuda. O roteiro de entrevista foi pré-testado, checando-se a sua operacionalidade e coerência com os objetivos da pesquisa. Os questionários foram aplicados por meio de entrevistas, via contato pessoal com o(a) chefe familiar. O(a) chefe familiar foi contactado pelo próprio pesquisador, ocasião em que foram explicados a ele os objetivos da pesquisa e a confiabilidade dos dados. A autorização do participante foi formalizada por meio de termo de consentimento.

Os dados foram analisados por meio de estatística – descritiva, tendo sido utilizado o programa para análise estatística SPSS (*Statistical Package for Social Sciences*) versão for Windows 17.0 (PEC, 2008).

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste tópico são apresentados os perfis socioeconômicos e demográficos dos chefes das famílias participantes deste estudo, bem como a análise das transferências feitas e recebidas pelas famílias carentes de Bambuí, MG.

4.1. Características demográficas e socioeconômicas das famílias

A análise das características socioeconômicas e demográficas dos entrevistados, conforme demonstrado na Tabela 2, endossa as estatísticas encontradas na literatura referentes ao perfil de famílias carentes. Foram entrevistados 60 chefes familiares, a maior parte pertencente à faixa etária compreendida entre 17 e 40 anos (40%), casados (50%), do sexo masculino (56,7%), de etnia parda (51,7%), pertencente à religião católica (56,7%), com renda compreendida entre R\$300,00 a R\$534,00 (98,3%), residente em casa alugada (31,7%), trabalhando na informalidade (55%) e possuindo como ocupação principal a atividade rurícola. Os dados revelaram que o percentual de mulheres (43,3%) nas chefias de lares era condizente com a literatura, que a ponta que, em todos os países da América Latina, existe significativa porcentagem de domicílios cujo aporte econômico principal é feito pela mulher (ARRIAGADA, 2004; FISCHER, 2002; GARCIA et al., 2004). No mundial, estima-se que um terço das famílias tem a mulher como chefe, sendo essas famílias monoparentais em virtude de separação, morte ou abandono do esposo (CARLOTO, 2005).

Quanto à faixa etária, o número de pessoas com mais de 65 anos (26,7%), nessa comunidade, demonstra o aumento da longevidade, condizente com dados do IBGE, o IDH-M-Longevidade, que saltou de 0,663 em 1991 para 0,811 em 2000, no Município de Bambuí, Minas Gerais.

Tabela 2 - Perfil socioeconômico e demográfico dos chefes das famílias carentes, Bambuí, 2010

Perfil		Frequência	
		Nº	%
Faixa Etária (em anos)	17 a 40	24	40,0
	41 a 64	20	33,3
	65 a 88	16	26,7
Estado Civil	Casados	30	50,0
	Separado	6	10,0
	Solteiro	10	16,7
	Viúvo	14	23,3
Anos de Estudo (anos)	0 a 3	30	50,0
	4 a 6	30	50,0
Gênero	Feminino	26	43,3
	Masculino	34	56,7
Etnia	Branca	21	35,0
	Negra	8	13,3
	Parda	31	51,7
Religião	Católico	34	56,7
	Evangélico	11	18,3
	Nenhuma	15	25,0
Renda Chefe Familiar (em R\$)	300,00 a 417,00	30	50,0
	418,00 a 534,00	29	48,3
	535,00 a 651,00	1	1,7
Casa	Alugada	19	31,7
	Cedida	14	23,3
	Invasão	11	18,3
	Própria	16	26,7
Legalidade do trabalho	Formal	27	45,0
	Informal	33	55,0
Ocupação	Aposentado	19	31,7
	Auxiliar de Serviços Gerais	1	1,7
	Catador de papel	1	1,7
	Empregada Doméstica	4	6,7
	Enfermeira	1	1,7
	Faxineira	3	5,0
	Fazedor de cerca	1	1,7
	Lixeiro	2	3,3
	Motorista	1	1,7
	Rurícola	22	36,7
	Servente	5	8,3

Fonte: Dados da pesquisa.

Quanto à faixa etária e o gênero do chefe familiar, dados da Figura 2 revelam que o percentual de mulheres acima dos 65 anos (38,5%) é maior do que os dos homens (17,6%), confirmando a maior longevidade feminina. Esse resultado condiz com estatísticas do IBGE (2009), bem como com a literatura, que indicam que a longevidade feminina é maior que a masculina. Nota-se com isso um dos fenômenos típicos da velhice em todo o planeta, ou seja, a feminização, pois as mulheres têm expectativa de vida maior do que os homens. A maior sobrevivência e longevidade feminina estão comprovadas em todas as sociedades modernas, desenvolvidas ou não (GOLDANI, 1999). O processo de feminização da velhice não diz respeito apenas à maior longevidade feminina e à superioridade numérica das mulheres idosas sobre os homens idosos, mas envolve o exercício de papéis e a sua qualidade de vida (NERI, 2001). No Brasil, em 1940, a expectativa média de vida do brasileiro era de 45,5 anos, já em 2008 passou para 72,8 anos, e as mulheres vivem, aproximadamente, 7 anos a mais do que os homens (IBGE, 2008; SOARES et al., 2010).

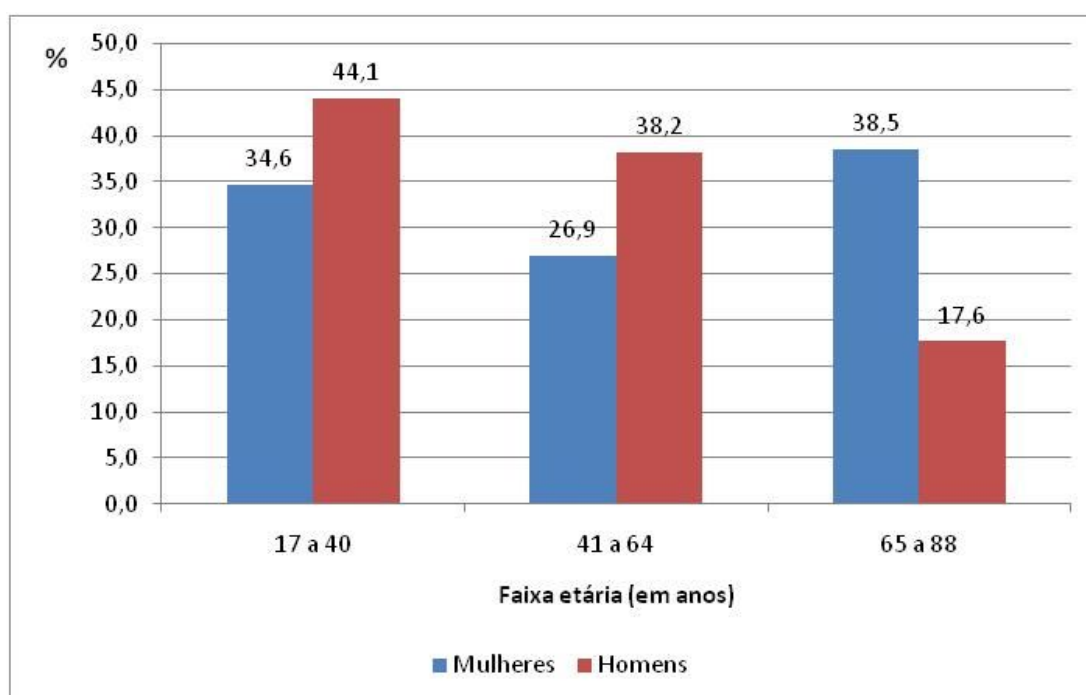


Figura 2 - Idade do chefe da família por gênero, em porcentagem, Bambuí, 2010.

Fonte: Dados da pesquisa.

A chefia da família na faixa etária compreendida entre 17 e 64 anos é, na maioria, de homens (82,3%) em relação às mulheres (61,5%). Isso implica a seguinte reflexão: à medida que a família envelhece, a chefia passa a ser feminina em virtude da morte do homem ou por seu abandono do lar, razão por que, consequentemente,

as mulheres têm que assumir papéis que antes não eram a sua função, como: a manutenção da casa, negociação, entre outros.

No tocante ao estado civil dos chefes familiares em relação ao gênero, como evidenciado na Tabela 3, foi considerável o percentual de chefes de família de homens casados (88,2%), implicando patriarcado. No entanto, todas as mulheres chefes (100,0%) de unidades familiares carentes formam um novo tipo de arranjo familiar, o monoparental chefiado por mulheres separadas, solteiras ou viúvas (Tabela 4). A chefia feminina se dava apenas nas famílias monoparentais, nas demais não foi encontrada nenhuma família em que o homem não fosse o chefe.

Segundo Marcondes (2010), ocorrem várias transformações nas famílias e nas relações de gênero que, além de promoverem alterações no tamanho, na composição e na estrutura dos grupos domésticos, têm transformado as relações familiares e geracionais. Pesquisas têm demonstrado que as famílias monoparentais e de baixa renda, geralmente matrifocais, ou seja, chefiadas por mulheres, constituem um grupo cada vez mais expressivo na sociedade brasileira (ARRIAGADA, 2004; FISCHER, 2002; GARCIA et al., 2004; CARLOTO, 2005).

Segundo dados do Censo Demográfico de 2000, 10 milhões das famílias são chefiadas por uma única pessoa, e 24,9% das famílias brasileiras são lideradas por mulheres. Segundo Yunes et al. (2005), é inegável que, quando se trata de famílias de baixa renda, a monoparentabilidade pode ser uma dificuldade a mais que sobrecarrega a figura feminina, sugerindo que as mulheres de classes menos favorecidas e no papel de provedoras enfrentam uma somatória de problemas e mudanças que transcendem a questão da pobreza em si.

Tabela 3 - Estado civil do chefe familiar por gênero, Bambuí, MG, 2010

Estado Civil	Frequência			
	Feminino		Masculino	
	Nº	%	Nº	%
Casados	-	-	30	88,2
Separado	6	23,0	-	-
Solteiro	10	38,5	-	-
Viúvo	10	38,5	4	11,8
Total	26	100,0	34	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

Quanto aos anos de estudo, evidenciou-se, de maneira geral, um baixo nível de escolaridade dos chefes das famílias pesquisadas, uma vez que 21,7% dos chefes não possuíam nenhum ano de estudo, sendo 30,8% de homens e 14,7% de mulheres; e 85,3% das mulheres e 69,2% dos homens tinham no mínimo um ano de estudo, mas nenhum dos entrevistados havia cursado o ensino fundamental completo (Tabela 4). Assim, significa que as mulheres possuem em geral mais anos de estudo do que os homens, e a probabilidade de a mulher ter mais anos de estudo é maior do que a dos homens.

Tabela 4 - Escolaridade do chefe da família por gênero, Bambuí, MG, 2010

Anos de Estudo	Frequência			
	Feminino		Masculino	
	Nº	%	Nº	%
0	8	30,8	5	14,7
1 a 3	7	26,9	10	29,4
4 a 6	11	42,3	19	55,4
Total	26	100,0	34	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

Essa deficiência é comprovada quando se compara a média de escolaridade desta amostra (2,85 anos de estudo do chefe) com a média de escolaridade do Município de Bambuí, que, segundo dados do IBGE (2008), era de 5,15 anos. Segundo Leal (2006), é difícil para comunidades vulneráveis se adaptarem às exigências do mundo moderno. Além disso, existe associação entre grau de escolaridade e posição na ocupação, significando que a qualificação é fator importante para a inserção dos chefes familiares no mercado de trabalho. Assim, aqueles de nível educacional extremamente baixo tendem a aceitar qualquer tipo de trabalho, de forma a atender às suas necessidades de renda. Os dados indicam, ainda, que o nível de escolaridade, na população investigada, é menor entre as mulheres, comparando ao dos homens (Tabela 5).

No que diz respeito à situação de posse do imóvel, observou-se que 31,7% dos entrevistados residiam em imóvel alugado, implicando despesas para os chefes das famílias; 23,3% moravam em imóvel cedido, implicando ônus para outra família; 18,3% residiam em terrenos invadidos, implicando condições inseguras de habitação, como condições habitacionais precárias e perigosas; e poucos (apenas 26,7%) viviam em imóveis próprios.

A Tabela 5 indica o tipo de propriedade do imóvel dessas famílias segundo o sexo, destacando-se que a maior parte das famílias chefiadas por mulheres (46,2%) residia em imóveis alugados, o que implicava despesas para famílias que já possuíam menos força de trabalho do que as famílias chefiadas por homens. Já com relação às famílias chefiadas por homens, destaca-se que a maior parte residia em imóveis cedidos (32,4%) ou próprios (26,5%), implicando menos despesas para os chefes dessas famílias.

Tabela 5 - Tipo de propriedade do imóvel, segundo o gênero, Bambuí, MG, 2010

Tipo de propriedade	Gênero			
	Feminino		Masculino	
	Nº	%	Nº	%
Alugada	12	46,2	7	20,6
Cedida	3	11,5	11	32,4
Invasão	4	15,4	7	20,6
Própria	7	26,9	9	26,5
Total	26	100,0	34	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

No que diz respeito ao número de membros da família residentes na mesma habitação, os dados revelaram que as famílias eram relativamente pequenas, pois a maior parte, cerca de 60%, contava com até quatro habitantes.

Em 56,7% das unidades familiares, o chefe residia com seus filhos menores – crianças e adolescentes. Em 50% das famílias, o chefe convivia com seu cônjuge e, em 26,7%, com parentes descendentes de segunda geração (netos); e em 10% conviviam os seus parentes ascendentes (pais/mães). Em 63% das famílias estudadas havia, ao menos, um filho adulto convivendo. Havia co-habitação em 18% dos casos, onde moravam um filho mais os netos; além disso, em 6% dos casos conviviam os genros/noras.

A ocupação dos chefes familiares concentrava-se, na maior parte, no setor agrícola (36,7%), seguido em menor proporção pelos aposentados (31,7%). Esses dados evidenciaram como o baixo nível de escolaridade dos entrevistados refletiu sobre suas opções de ocupação. Esse resultado corrobora o estudo de Leal (2006), que descreveu sobre as implicações entre escolaridade e ocupações precárias.

Observaram-se baixos rendimentos dos chefes das famílias pesquisadas, em que 98,3% percebiam menos de R\$534,00, 50% não ultrapassavam R\$417,00 e 1,7% percebia mais do que R\$535,00. Além do mais, os baixos rendimentos repercutiam

sobre a renda familiar, uma vez que em 43,3% dos casos estudados apenas o chefe possuía algum tipo de trabalho ou aposentadoria/pensão.

Em relação à renda *per capita*, na Tabela 6 demonstra-se que 36,7% das famílias viviam com menos de R\$127,00, o que significa que, de acordo com as estatísticas e a literatura, eram famílias consideradas indigentes, porque recebiam menos de ¼ do SM.

Tabela 6 - Renda *per capita* das famílias pesquisadas, Bambuí, MG, 2010

Renda <i>per capita</i> (em R\$)	Frequência	
	Nº	%
64,00 a 127,00	22	36,7
128,00 a 191,00	23	38,3
192,00 a 255,00	15	25,0
Total	60	100,0

Fonte: Dados da pesquisa, 2010.

As famílias em estudo podem ser classificadas, quanto ao seu tipo de arranjo familiar, em estendida, nuclear e monoparental. As famílias estendidas (40%) eram formadas por parentes ascendentes (pais), descendentes (filhos e netos) e colaterais (sobrinhos). Já as famílias nucleares (33%) eram constituídas de chefe da família (esposo), esposa e filho(s), não sendo encontrada nenhuma família nuclear que tivesse como chefe a figura feminina. As famílias monoparentais (27%) eram constituídas da chefe do lar (mulher) e seu(s) filho(s), não se observando nenhum caso em que a família monoparental tivesse como chefe a figura masculina (Figura3).

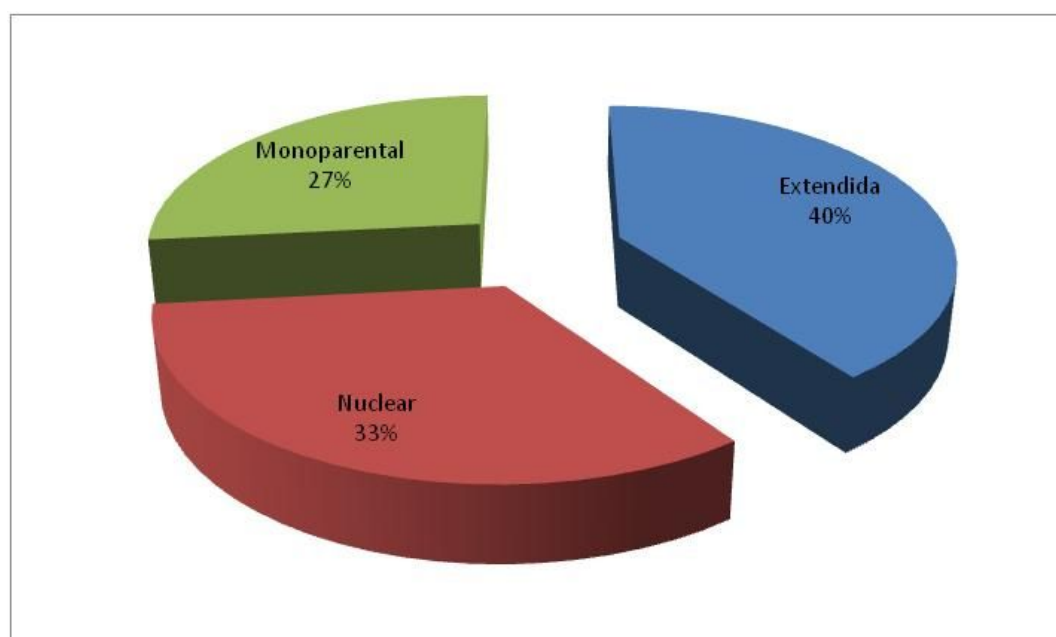


Figura 3 - Tipos de arranjos das famílias, Bambuí, 2010.

Fonte: Dados da pesquisa.

Esses resultados implicam no mínimo duas reflexões. Primeira, quando a chefia de lares monoparentais é de responsabilidade única das mulheres, isso significa que são os homens que abandonam a família, assim como a mulher que tem filhos se sobrecarregada para abastecer o lar, ficando os filhos menores aos cuidados de seus próprios irmãos menores ou de vizinhos, os quais não dispõem de afeto e tempo necessários para o seu desenvolvimento, entre outras implicações. Segunda, quando a chefia de lares nucleares é de responsabilidade exclusivamente de homens, isso implica cultura patriarcal que foi implantada no Brasil na época do colonialismo, indicando que o país ainda se arrasta em termos de desenvolvimento cultural, quando fecha oportunidades para o potencial feminino.

4.2. Identificação dos itens recebidos e transferidos pelas famílias

Neste item, procurou-se analisar as transferências recebidas ou doações feitas pela família entre seus membros. Na Figura 4, demonstra-se que a maior parte das famílias carentes em questão (41,7%) recebia mais do que fazia transferências de bens e serviços.

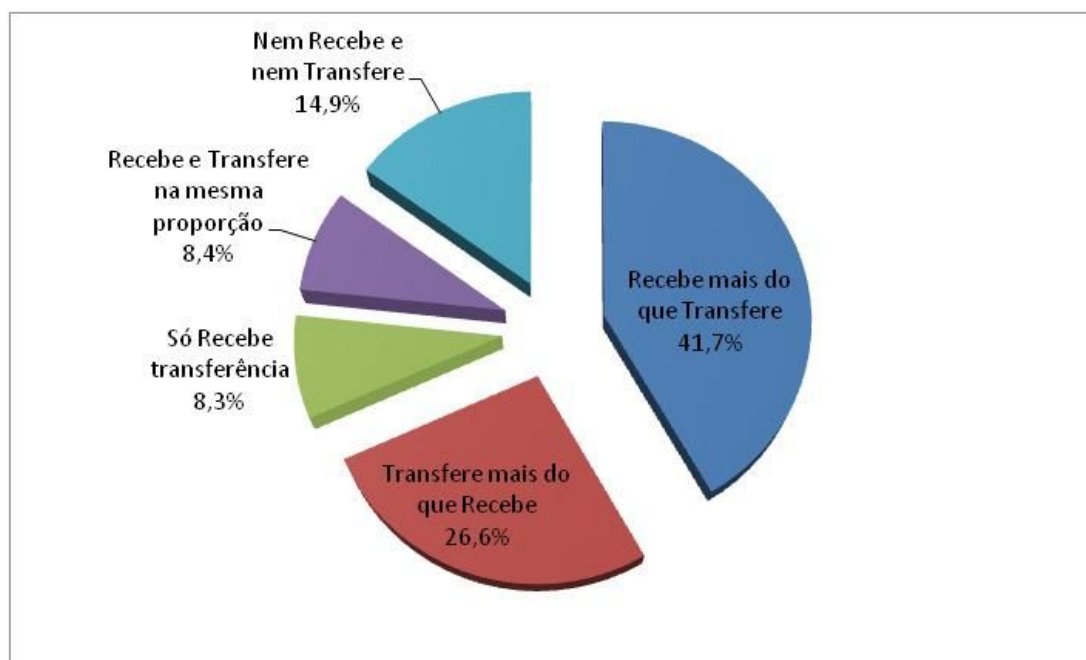


Figura 4 - Transferências de bens e serviços em famílias carentes, Bambuí, 2010.

Fonte: Dados da pesquisa.

Esse recebimento se dava, principalmente, nos casos em que a renda *per capita* era inferior a R\$127,00, como era de se esperar, uma vez que a maior disponibilidade de recursos era o que possibilitava a oferta de ajuda (Tabela 7).

Tabela 7 - Intensidade das transferências de acordo com a renda *per capita*, Bambuí, MG, 2010

Categorias	Renda <i>per capita</i> ⁸ (%)			Total (%)
	A	B	C	
Recebe mais do que transfere	18,3	16,7	6,7	41,7
Transfere mais do que recebe	3,3	10,0	13,3	26,6
Só recebe transferência	5,0	3,3	-	8,3
Recebe e transfere na mesma proporção	1,7	5,0	1,7	8,4
Nem recebe e nem transfere	8,3	3,3	3,3	14,9
Total	36,6	38,3	25	99,9

Fonte: Dados da pesquisa.

De acordo com as dimensões das transferências familiares, a maior parte transferia (52,9%) e recebia (44,4%) itens da dimensão funcional, sendo observado que as famílias recebiam mais do que transferiam itens da dimensão material, enquanto na dimensão instrumental a diferença era menor do que nas outras dimensões (Figura 5).

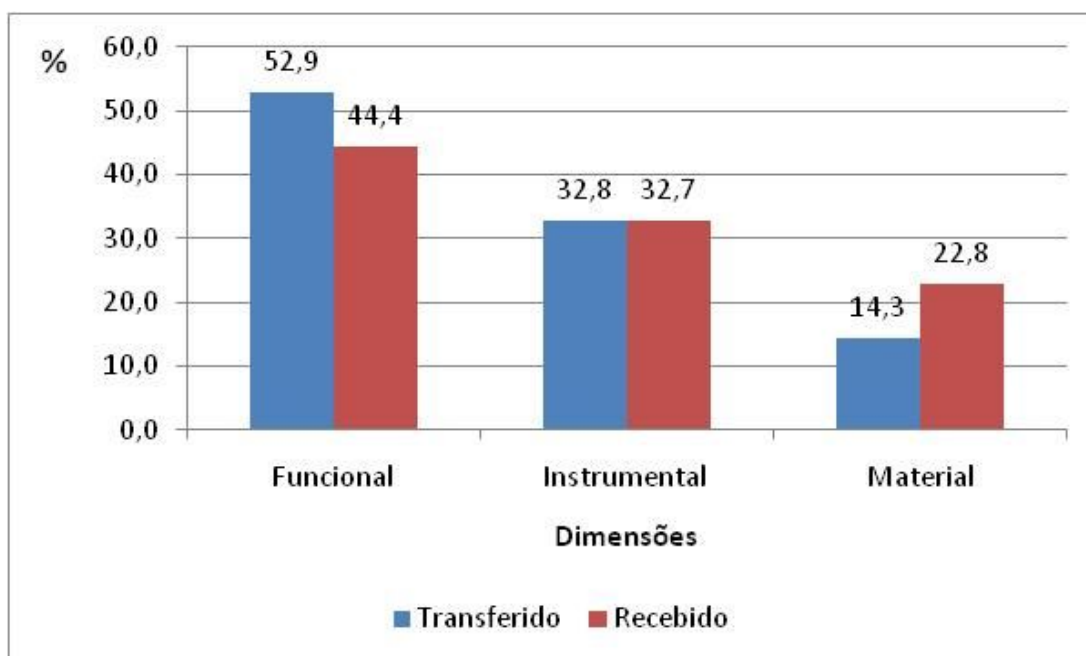


Figura 5 - Dimensões das transferências familiares, em porcentagem, Bambuí, MG.

Fonte: Dados da pesquisa.

⁸ A renda *per capita* corresponde às classes: A equivale de R\$ 64,00 a R\$ 127,00; B equivale de R\$ 128,00 a R\$ 191,00 e; C equivale de R\$192,00 a R\$ 255,00.

Os itens transferidos e recebidos captados a partir dessas três dimensões foram subdivididos, o mesmo acontecendo com a dimensão funcional, que foi subdividida em dois tipos: cuidados com as crianças e cuidados com os doentes. A dimensão instrumental foi subdividida em seis tipos: manutenção da casa, manutenção do vestuário, preparo de alimentos, cuidados de saúde, transportes e administração financeira⁹; e a dimensão material, em quatro tipos: alimentos, vestuário, habitação e dinheiro (Tabela 8).

Tabela 8 - Itens transferidos e recebidos, segundo suas dimensões, Bambuí, MG, 2010

Dimensão	Itens	Frequência (%)	
		Transferido	Recebido
Funcional	Cuidados com incapazes	52,9	97,4
	Cuidados com o inválido	47,1	2,6
	Total	100,0	100,0
Instrumental	Cuidados com a casa	2,6	26,8
	Cuidados com o vestuário	46,2	12,5
	Preparo de alimentos	2,6	25,0
	Levar ao médico	17,9	21,4
	Transportes	12,8	12,5
	Cuidados com o dinheiro	17,9	1,8
	Total	100,0	100,0
Material	Alimentos	30,2	38,2
	Vestuário	0,0	31,6
	Habitação	46,0	10,5
	Dinheiro transferido	23,8	19,7
	Total	100,0	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

4.2.1. Itens transferidos

Quanto aos “itens transferidos”, a Tabela 9 revela que as famílias transferiam principalmente habitação (32,6%), seguida de serviços (29,2%) e alimentos (21,3%). Esse resultado não é condizente com as pesquisas de ajuda mútua de Motta e Scott (1983), os quais apontaram a seguinte ordem de importância das transferências: alimentos, vestuário, serviços, habitação e dinheiro. Dessa forma, vê-se a ordem

⁹ Administração financeira, neste trabalho, compreende ir ao banco ou similar para o recebimento de proventos (p. ex.: filhos recebem o salário de aposentadoria de seus pais), ir ao banco ou similar para o pagamento de contas (p. ex.: água e energia elétrica) e ir ao mercado ou similar para fazer compras para suprimento da unidade doméstica (p. ex.: itens de mercearia, pão, leite, carne, remédios e outros).

alterada, principalmente no que se refere a dinheiro (16,9%). Esse resultado se deve, possivelmente, à presença considerável (26,7%) de chefes de família idosos (65 a 88 anos) na amostra. A co-habitação dos mais novos com seus pais seria uma forma de transferência.

Tabela 9 - Itens transferidos entre famílias carentes, Bambuí, MG, 2010

Itens	Frequência	
	Nº	%
Alimentos	19	21,3
Vestuário	-	-
Habitação	29	32,6
Dinheiro	15	16,9
Serviços	26	29,2
Outros	-	-
Total	89	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

Em relação aos tipos de serviços transferidos, a Figura 6 demonstra, em porcentual, os itens doados pelas famílias pesquisadas a seus parentes.

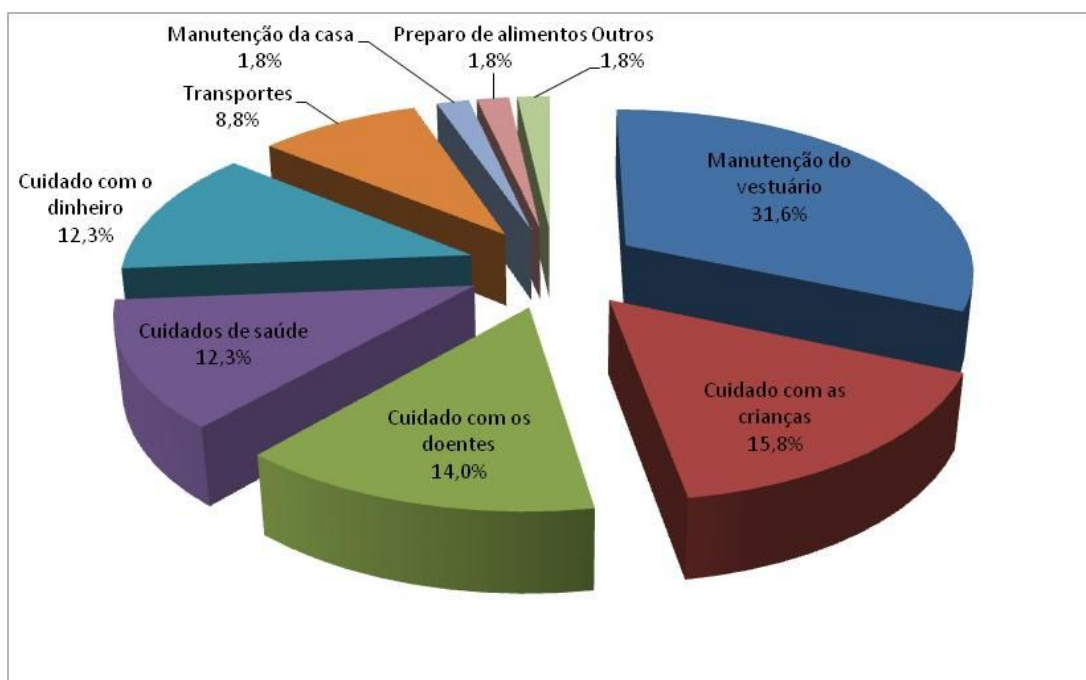


Figura 6 - Serviços transferidos pelas famílias carentes, Bambuí, 2010.

Fonte: Dados da pesquisa, 2010.

A análise revelou que a maior parte das doações de serviços entre as famílias em questão estava relacionada a cuidados com o vestuário (31%), seguidos de cuidados com as crianças (16%), cuidados com doentes (14%), cuidados com a saúde (12%) e administração financeira (12%).

Esses dados são condizentes com a literatura a respeito de ajuda mútua, pois, segundo Motta e Scott (1983), a troca de serviços é uma prática muito desenvolvida entre as famílias carentes, indo desde pequenos favores até grandes serviços vitais para a manutenção da família. Em caso de doença, manifestava-se a solidariedade em forma de visitas e cuidados com o enfermo. Profissionais prestavam serviços gratuitos ou a preços inferiores aos que eram cobrados no mercado de trabalho. Assim, as trocas se tornavam estratégias prioritárias de sobrevivência.

Os tipos de arranjos familiares variavam de estendida e nuclear a monoparental. As famílias estendidas (40,0%) sobressaíam às demais, principalmente devido às co-habitações com pais, filhos, netos e sobrinhos (Tabela 10).

Tabela 10 - Tipos de arranjos familiares, Bambuí, MG, 2010

Tipos de arranjos	Frequência	
	Nº	%
Estendida	24	40,0
Nuclear	20	33,3
Monoparental	16	26,7
Total	60	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

Essa informação chama a atenção para o grande número de famílias estendidas, porque se esperava grande número de famílias nucleares. Portanto, o número de famílias estendidas deixa clara a quantidade de ajudas oferecidas na forma de co-habitação.

Os arranjos estendidos eram, na maior parte, formados por parentes descendentes (66,7%), como filhos com família constituída e netos. Já as famílias ascendentes eram todas formadas por pais dos chefes (25,0%) e nas famílias do tipo colateral (8,3%), formadas por sobrinhos (Tabela 11). Não foi encontrada co-habitação com irmãos ou com pessoas que não tivessem algum grau de parentesco.

Tabela 11 - Arranjo estendido, Bambuí, MG, 2010

Tipo	Frequência	
	Nº	%
Descendente	16	66,7
Ascendente	6	25,0
Colateral	2	8,3
Total	24	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

Os chefes de famílias estavam dispostos a ajudar a sua família, com a transferência de recursos na forma de co-habitação:

Aqui em casa, somos cinco pessoas, eu, minha esposa, meu filho, minha nora e meu netinho. O meu filho ganha um salário e têm três meses que ele está morando aqui com a sua família, antes ele morava de aluguel, e não estava conseguindo pagar as contas, agora ele não paga nada (Entrevistado nº 01, 88 anos, aposentado, casado, renda principal de R\$ 510,00, renda *per capita* R\$ 204,00).

Muitas pessoas vão-se ajudando mutuamente nas famílias estendidas não só as descendentes, mas também as ascendentes e as colaterais. Porém, havia implicações positivas e negativas quanto às co-habitações. Em termos otimistas, pode-se citar que as co-habitações eram menos onerosas para quem estava recebendo; quando havia divisão das despesas entre os atores, poderia ser considerada uma economia para ambos; quando havia algum membro que necessitava de cuidados, poderia ser um facilitador; e poderia também estreitar os laços familiares, fortalecendo-os, se a família receptora reconhecesse a importância da transferência e se os custos para a família doadora fossem compensadores. Não obstante, era negativo quando ocorriam casos de prostituição, quando o custo para o doador se tornava significativo, quando o receptor não reconhecia a ajuda recebida, entre outros.

Aqui em casa mora eu e meu filho. Ele mora comigo, mas deveria estar morando era na cadeia... ele rouba o meu dinheiro e vai beber. É um irresponsável, já tirei ele da prisão várias vezes, por causa de roubo. Sabe... eu fico com dó, porque agente é pai, mas não deveria ter dó. (Entrevistado nº 4, 80 anos, viúvo, aposentado, renda principal de R\$510,00, renda *per capita* de R\$210,00).

4.2.2. Itens recebidos

Quanto aos itens recebidos, a Tabela 12 demonstra que o item de maior proporção de recebimentos eram serviços (35,2%), seguidos de alimentos (22,7%), vestuário (18,8%), dinheiro (11,7%), habitação (6,3%) e outros (5,5%). Esses dados são condizentes com as pesquisas de Motta e Scott (1983), que afirmaram que famílias com baixo rendimento efetuavam mais ajudas relacionadas a serviços e a itens de primeira necessidade.

Tabela 12 - Itens recebidos pelas famílias carentes de seus familiares, Bambuí, MG, 2010

Itens	Frequência	
	Nº	%
Serviços	45	35,2
Alimentos	29	22,7
Vestuário	24	18,8
Dinheiro	15	11,7
Habitação	8	6,3
Outros	7	5,5
Total	128	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

Em relação aos serviços recebidos pelas famílias carentes, a Figura 7 mostra que a maior proporção está concentrada em cuidado com as crianças (40,0%), seguido de manutenção da casa (15,8%), preparo de alimentos (14,7%), cuidados com a saúde (12,6%) e outros (16,8%). Esses dados foram condizentes com os da literatura, que apontava para a necessidade que os pais têm de sair para o trabalho e deixar os filhos menores sob os cuidados de parentes (BUSTAMANTE; TRAD, 2007).

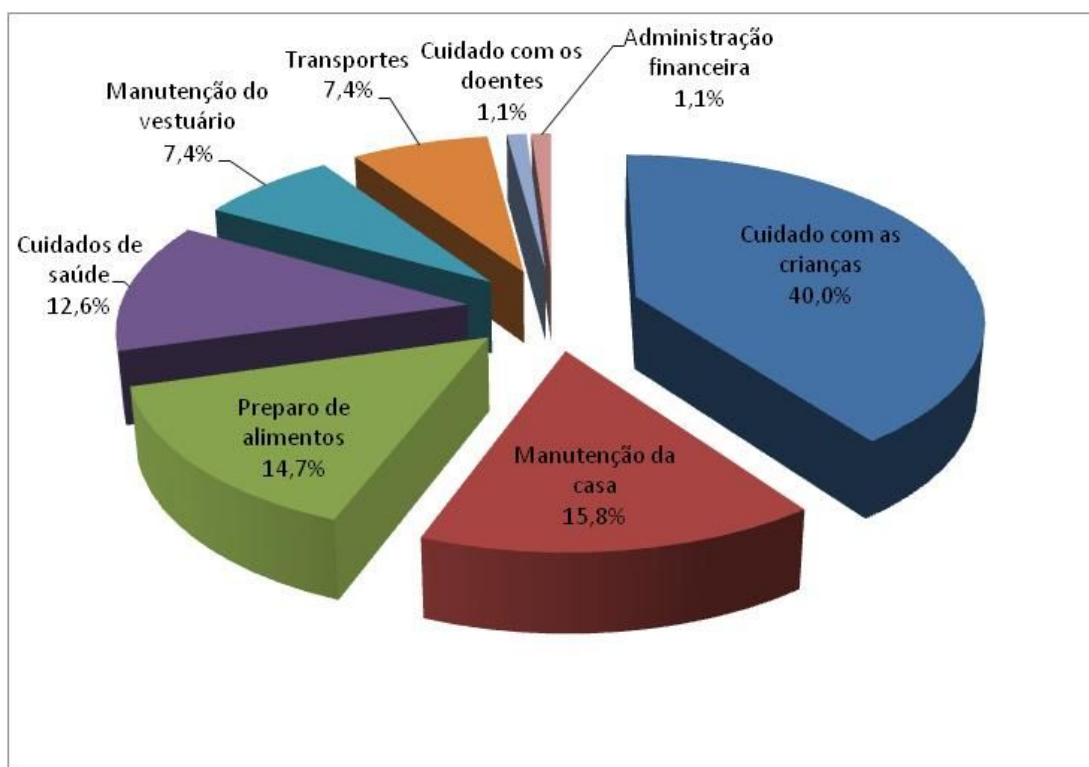


Figura 7 - Serviços recebidos pelas famílias carentes, Bambuí, 2010.

Fonte: Dados da pesquisa.

4.2.3. Motivos que levam as famílias carentes receberem ou ajudarem os familiares

Quanto aos motivos para efetuar as transferências, a 46 pessoas, ou seja, cerca de 76%, se aplicava o questionamento, e não fazia sentido indagar aos chefes de família que não faziam transferência o motivo de efetuá-la. Dessa forma, a condição para esse questionamento é a resposta positiva (sim) a itens transferidos. A Figura 8 mostra que a maioria dos chefes familiares, mesmo em estado de pobreza, transferia por razões de altruísticas (54,3%), 17,4% pelo baixo custo representado pela transferência, 13,0% por razões de reciprocidade e 15,2% por seguro-velhice¹⁰. Esses dados estão condizentes com pesquisas que relacionam motivos de transferências ao altruísmo (ARRONDEL; MASSON, 2006) e à reciprocidade (HOMANS, 1961).

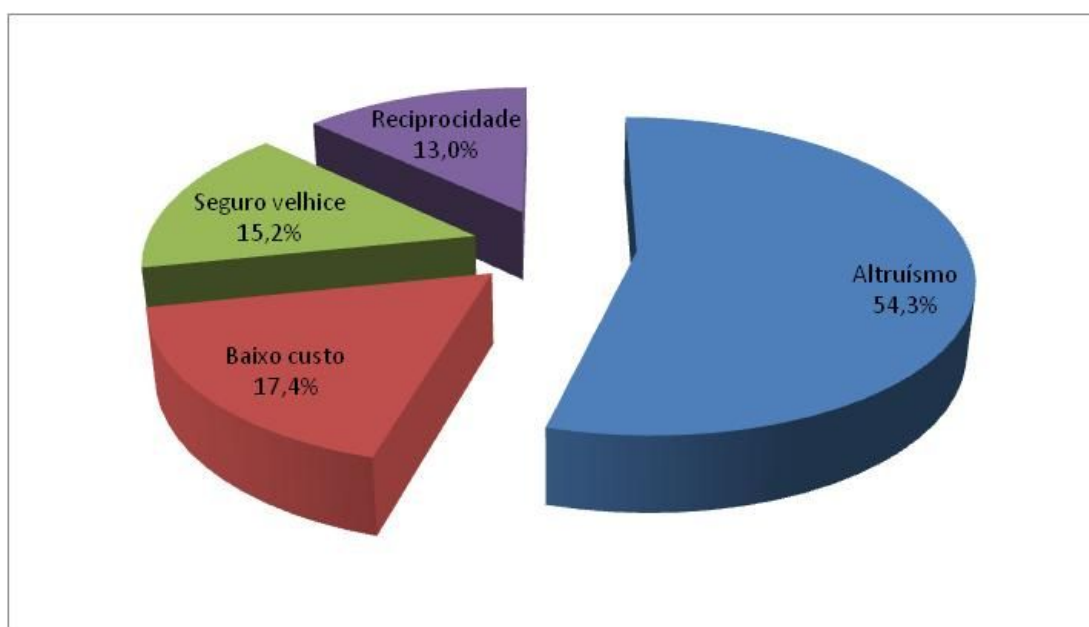


Figura 8 - Motivos das transferências efetuadas pelas famílias carentes, Bambuí, 2010.

Fonte: Dados da pesquisa.

Quanto aos motivos de receber transferências, 51 pessoas, ou seja, 85% da amostra, responderam à pergunta. Os chefes familiares quando receberam ajuda perceberam, em sua maioria, que o motivo foi a necessidade de sua própria família (52,9%), seguido de reciprocidade (45,1%) e altruísmo (2,0%) (Figura 9). Os resultados encontrados são condizentes com os de Rocha (2006) e Arriagada (2007),

¹⁰ Neste trabalho, seguro-velhice é a forma pela qual se dá a transferência de recursos entre um membro mais velho e um mais novo. O mais velho não exige nenhuma forma de reciprocidade no ato da transferência e, mas no longo prazo, espera que o recebedor lhe ofereça cuidados de saúde e outros.

que relataram que a família se encarrega do provimento de recursos para seus membros em caso de necessidade ou omissão do Estado. Assim, a família responde às crises, estabelecendo e reforçando responsabilidades e relações de seguridade, mas também estabelecendo reciprocidades definidas culturalmente. Já o motivo altruístico contradiz o esperado porque, segundo Golveia et al. (2001), o altruísmo é um tipo de valor universal, de interesse coletivista, que preserva e reforça o bem-estar das pessoas próximas com quem se tem contato pessoal frequente e não casual.

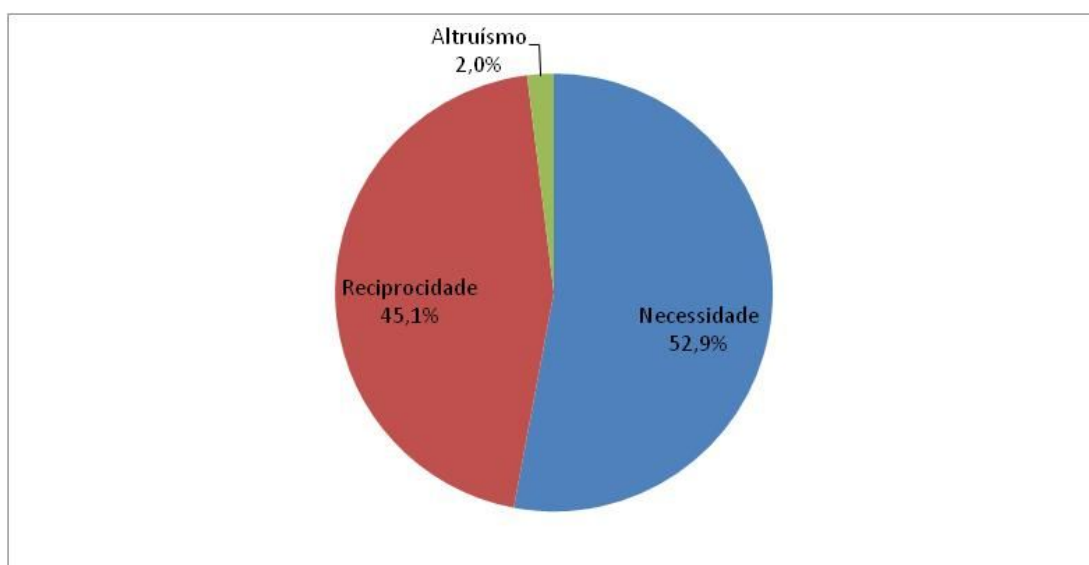


Figura 9 - Motivos das transferências recebidas pelas famílias carentes, Bambuí, 2010.

Fonte: Dados da pesquisa.

4.2.4. Motivos que contribuem para que as transferências de recursos entre membros familiares se repitam

Em relação à continuidade das transferências, nas 60 famílias pesquisadas 85% responderam que pretendiam continuar ajudando os parentes e familiares. Na análise de Blau (1964) sobre a continuidade nas trocas, esse autor concluiu que a interação entre pessoas será contínua e positiva se os atores “lucrarem” com a interação. Assim, uma vez que as transferências ocorrem nos dois sentidos, “ajudar” também pode significar “ser ajudado”.

Em relação aos motivos da continuidade nas transferências a Tabela 13 mostra que o maior motivo era a necessidade (44,9%), seguida de compensação (22,4%), benevolência, seguro-velhice e baixo custo, ressaltando-se que 11 chefes de

família não responderam à questão por não se aplicar, ou seja, só era condição para a resposta se houvesse transferência.

Tabela 13 - Motivos da continuidade das transferências, segundo os chefes das famílias carentes, Bambuí, MG, 2010

Categorias	Frequência	
	Nº	%
Necessidade	22	44,9
Compensação	11	22,4
Benevolência	6	12,2
Seguro velhice	6	12,2
Baixo custo	4	8,2
Total	49	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

Esses dados corroboram pesquisas que explicam a motivação das famílias que se ligam por interesses intergeracionais, as quais transferem recursos para melhorar o bem-estar dos membros mais pobres ou, simplesmente, compensar por uma ação passada, ou pelo aspecto altruísta e pelo seguro-velhice. Segundo Saad (2004), as relações de ajuda entre pais e filhos têm assegurado a sobrevivência nas idades mais avançadas. Assim, o papel central da família como suporte aos idosos é fundamental, visto que o processo de envelhecimento populacional e a restrita política pública brasileira de suporte ao idoso exigem que a relação do idoso com a família se torne o centro das preocupações.

Em relação aos motivos da continuidade das transferências em função do gênero do chefe familiar, a Figura 10 revela que tanto homens quanto mulheres afirmaram que o motivo da continuidade das transferências era a necessidade da família recebedora; porém, para as demais categorias, houve grande variação, principalmente no que se refere à compensação, sendo mais expressivo para os homens (38,5%) do que para as mulheres (4,3%).

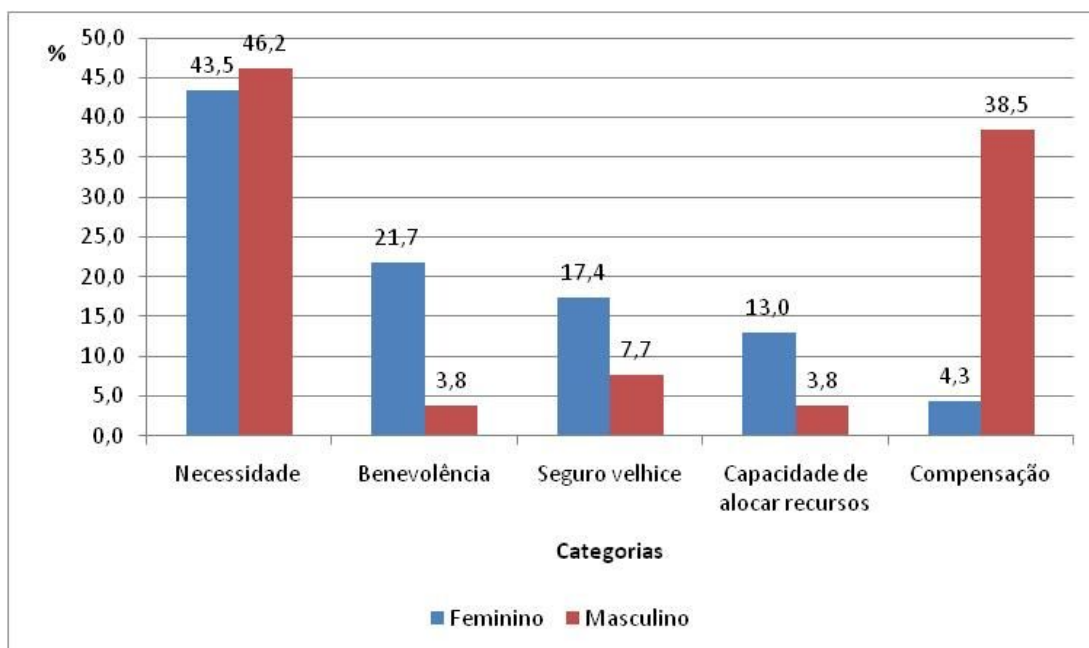


Figura 10 - Motivos da continuidade das transferências por gênero do chefe da família, Bambuí, 2010.

Fonte: Dados da pesquisa.

Essa diferença entre gêneros, no que tange aos motivos para a continuidade da transferência, pode ser explicada pelo fato de o homem agir de forma mais racional e menos emotiva do que a mulher (BUSTAMANTE; TRAD, 2007).

4.2.5. Sentimentos de intencionalidade e reciprocidade dos doadores e receptores de ajuda

Em relação aos sentimentos dos chefes das famílias ao oferecerem ajuda aos parentes, verificou-se que o sentimento de necessidade de pertencimento foi a resposta mais frequente (76,5%) (Tabela 14). Esse dado era esperado porque, segundo Homans (1958), tal sentimento de interação faz parte do comportamento de indivíduos que procuram encontrar atividades dentro de um grupo, a fim de obter aceitação social. As pessoas procuram agregar-se.

Segundo Rocha (2008), nas relações um denominador compartilhado que oferece ao sujeito a legitimação no grupo é a continuidade de pertencer à rede. Além disso, os outros sentimentos encontrados corroboram as explicações de Sabatelli e Shehan (1993) e Ekeh (1974), porque as trocas sociais tratam das seguintes abordagens – atração, satisfação, reciprocidade, justiça, compromisso, confiança,

responsabilidade e função dependência como mediadora de níveis de dependência de envolvimento que caracterizam uma norma relacional.

Tabela 14 - Sentimentos dos chefes familiares ao efetuar transferências, Bambuí, 2010

Sentimento	Frequência	
	Nº	%
Necessidade de pertencimento	39	76,5
Alegria	11	21,6
Tristeza	1	2,0
Total	51	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

Em relação aos sentimentos dos chefes das famílias, – tanto os homens (67,9%) quanto as mulheres (87,0%) – ao transferir recursos, a necessidade de pertencimento foi a categoria mais citada pelos chefes das famílias. Já o sentimento de alegria se diferenciou, sendo maior nos homens (28,6%) do que nas mulheres (13,0%) (Figura 11).

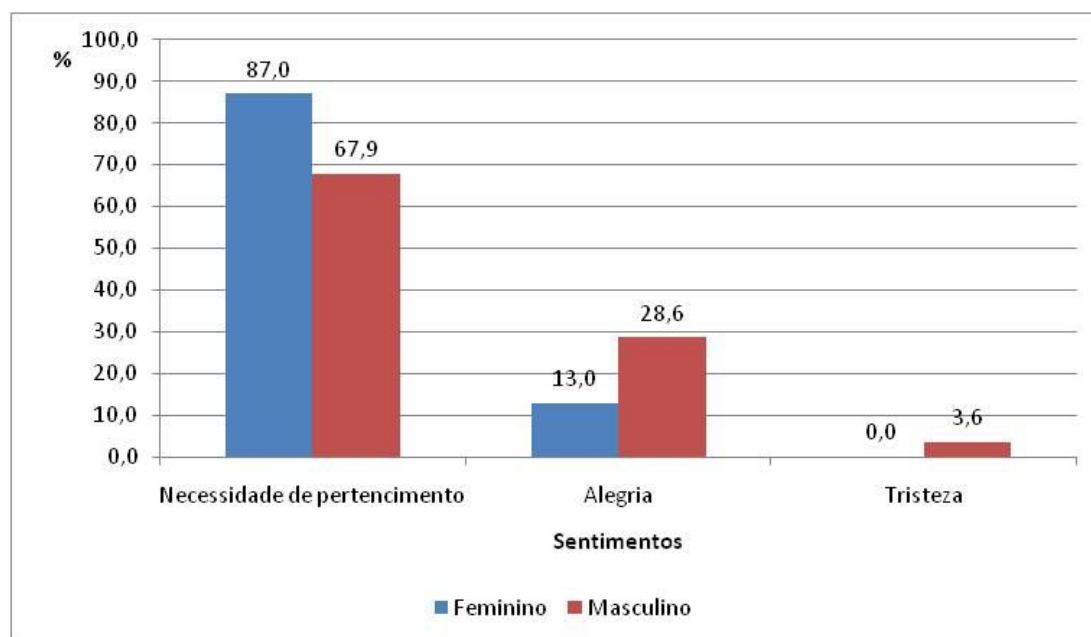


Figura 11 - Sentimentos dos chefes das famílias ao efetuar transferências em função do gênero, Bambuí, 2010.

Fonte: Dados da pesquisa.

O sentimento da alegria é reforçado pela fala de um dos chefes de uma família, transcrita a seguir:

Para mim é uma satisfação eu poder ajudar meus parentes, assim como eu ajudo a minha mãe (Entrevistado n° 24, casado, 55 anos, masculino, renda principal de R\$ 400,00 e renda *per capita* de R\$227,00, composição da família: Ele, esposa, dois filho e sua mãe).

O sentimento da necessidade de pertencimento é reforçado pela fala:

Para mim ajudar os meus parentes, apesar de que eu sou mais ajudada, não têm preço, é carinho com os meus parentes (Entrevistado n° 41, separado, 40 anos, feminino, renda principal R\$ 300,00 e renda *per capita* R\$ 105,00, composição da família: Ela e três filhos).

Em relação aos sentimentos dos chefes das famílias ao receberem transferências, observaram-se diferenças entre os gêneros, em que a alegria nas mulheres (65,2%) é mais relevante do que nos homens (37,0%). Já o sentimento de gratidão é mais relevante nos homens (37,0%) do que nas mulheres (30,4%) (Figura 12).

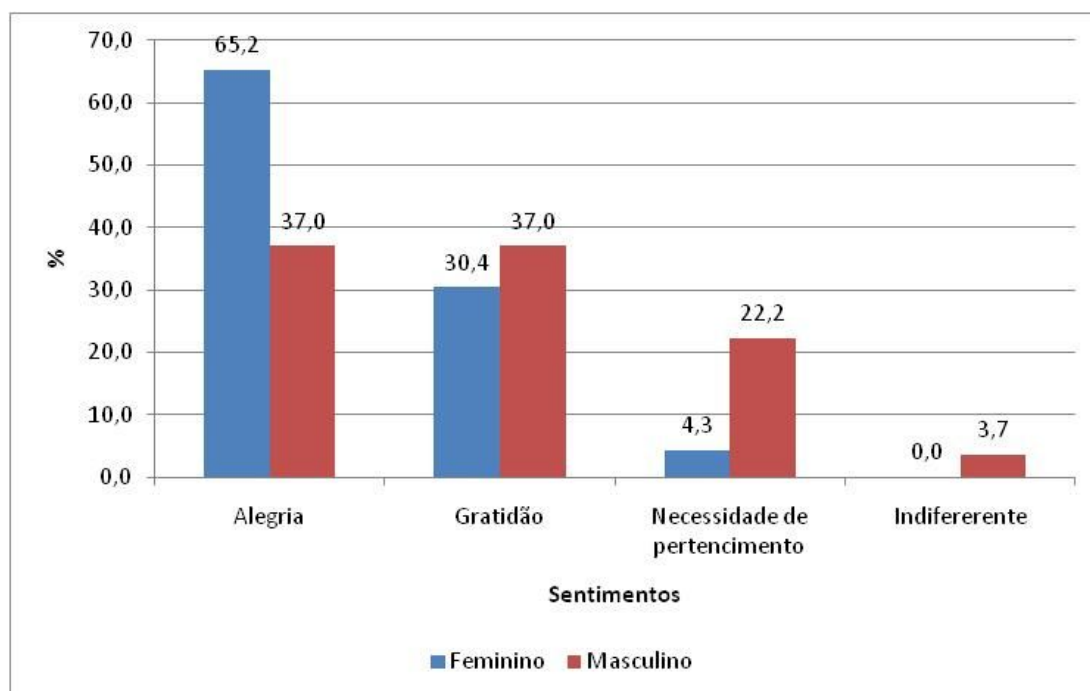


Figura 12 - Sentimentos dos chefes familiares ao receberem transferências em função do gênero, Bambuí, 2010.

Fonte: Dados da pesquisa.

4.2.6. Formas de retribuição e, ou, reconhecimento dos recebedores de ajuda

Em termos de recompensas, 43,3% não esperavam, não havendo diferença entre os gêneros. Porém, é importante ressaltar que a maioria esperava ter recompensas ao realizar qualquer tipo de transferência, o que caracteriza a reciprocidade. No momento da pesquisa, 90,2% dos entrevistados, tanto homens quanto mulheres, responderam que estavam recebendo alguma retribuição pela ajuda oferecida nos últimos seis meses.

As maneiras como os chefes das famílias esperavam ser recompensados encontram-se na Tabela 15. Observou-se que a maior parte esperava ser recompensada com gratidão (48%), seguido de seguro-velhice (40,0%) e dinheiro (12,0%).

Tabela 15 - Modo como os chefes familiares esperam ser recompensados, Bambuí, MG, 2010

Recompensas	Frequência	
	Nº	%
Gratidão	12	48,0
Cuidados na velhice	10	40,0
Dinheiro	3	12,0
Total	25	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

Considerando o gênero, as mulheres (50,0%) esperavam mais por cuidados na velhice do que os homens (30,8%). Já em relação à gratidão os homens (53,8%) esperavam mais do que as mulheres (41,7%); em relação a dinheiro, os homens (15,4%) esperavam mais do que as mulheres (8,3%) (Figura 13).

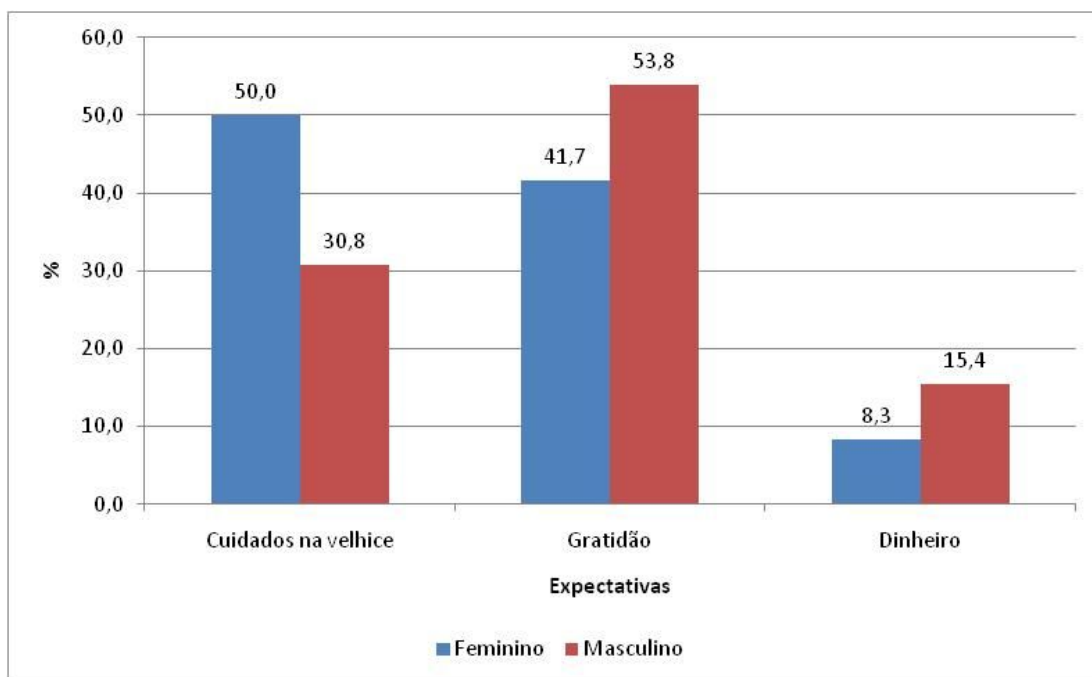


Figura 13 - Recompensa esperada pelo chefe da família, segundo o gênero, Bambuí, 2010.

Fonte: Dados da pesquisa.

As falas obtidas nas entrevistas corroboram essas considerações, por exemplo:

Eu espero que quando não conseguir fazer mais nada minha filha ou meus netos cuidem de mim, eu não quero ir para o sanatório ou ficar a míngua (Entrevistada nº 6, 74 anos, feminino, viúva, renda principal R\$510,00, renda *per capita* R\$164,00, composição familiar: ela, uma filha, um genro e dois netos).

Eu espero que a minha filha apenas seja grata, não espero nada e quando eu não conseguir fazer mais nada, quero ir para o sanatório porque lá eles cuidam da gente direitinho, não quero depender de ninguém (Entrevistado nº 5, 74 anos, masculino, viúvo, renda principal R\$510,00, renda *per capita* R\$255,00, composição familiar: ele, filha e dois netos).

Eu espero que o meu filho me pague, porque preciso do dinheiro para comprar as coisas e quando não conseguir fazer mais nada é só me levar para o santário, lá eles cuidam da gente melhor do que a família (Entrevistado nº 3, 80 anos, masculino, viúvo, renda principal R\$510,00, renda *per capita* R\$255,00, composição familiar: ele e um filho).

A recompensa na forma de gratidão corrobora os estudos de Laferrère e Wolff (2006) sobre o não altruísmo. Segundo Emmons e Crumpler (2000), a gratidão é uma forma evidente de reforçar as relações humanas. Já o reconhecimento na forma de seguro-velhice corrobora as pesquisas de Saad (1998), que afirmou que as

pessoas esperam receber de membros familiares cuidados na velhice, assim como está relacionado com a definição de altruísmo puro de Laferrère e Wolff (2006).

A Tabela 16 revela os itens que as famílias carentes estavam recebendo como recompensa.

Tabela 16 - Itens que as famílias recebem como recompensas, Bambuí, MG, 2010

Itens	Frequência	
	Nº	%
Serviços	18	48,6
Alimentos	8	21,6
Remédio	7	18,9
Habitação	2	5,4
Dinheiro	2	5,4
Vestuário	-	-
Total	37	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

Observa-se que o item “serviço” exibe maior frequência, como era esperado, uma vez que muitas famílias não dispõem de outros recursos, a não ser seu tempo e energia, para retribuir a ajuda recebida.

5. CONCLUSÕES

Nesta pesquisa foram considerados variáveis sociodemográficas os itens transferidos e seus motivos. Motivos esses que contribuem para a continuidade dessas transferências, os critérios e sentimentos dos doadores e receptores de ajudas e, por fim, as formas de reconhecimento ou retribuição da ajuda, a fim de descrever as transferências de dinheiro, de bens e de serviços entre pessoas vivas das famílias carentes residentes no Município de Bambuí, MG, como estratégia de sobrevivência.

O perfil socioeconômico e demográfico dos chefes das famílias carentes é caracterizado por baixa remuneração, baixo nível de escolaridade, ocupações informais e, principalmente, atividades rurícolas. Além disso, os dados revelaram a existência de várias unidades domésticas chefiadas por mulheres, imóveis ocupando terrenos invadidos e coabitações de filhos adultos (filhos esses que já constituíram a sua própria família) com seus pais.

As famílias eram mais receptoras do que doadoras de ajuda, o que pode ser explicado por seu *status* socioeconômico. A ajuda dada era percebida como benevolência, enquanto se recebia ajuda em razão da necessidade, seja em termos financeiros e de cuidados, entre outros. Assim, por necessitar de ajuda, havia a necessidade de também ajudar, o que caracterizava a reciprocidade.

Dar ajuda embutia um sentimento de poder ser cuidado na velhice ou em períodos de doença, não se caracterizando, portanto, como recompensa imediata.

As análises e interpretações permitiram fazer algumas considerações sobre as limitações desta pesquisa. Os dados sobre renda quando declarados pelos entrevistados nem sempre são fidedignos. Em relação ao recebimento de ajuda, a literatura documenta que o esquecimento é uma constante, e isso dificulta a realização de estudos desse tipo. Em estudos sobre relações sociais é muito comum o fato de as pessoas darem respostas socialmente aceitáveis, ou seja, elas respondem da

maneira que julgam ser esperada pelo entrevistador. A metodologia utilizada no processo de amostragem não levou em consideração a diferença entre os tipos de arranjos familiares.

Este estudo deixou, assim, nas entrelinhas, alguns questionamentos que poderão conduzir futuras pesquisas. Um estudo sobre transferências de recursos em famílias chefiadas por mulheres, não havendo esposo, seria interessante porque elas caracterizam, particularmente no Brasil, uma porcentagem relevante de famílias carentes.

Além dessa, é premente a reflexão de que a pobreza persiste em países não desenvolvidos e que as pessoas estão sobrevivendo com o apoio da família e da comunidade há décadas. Portanto, sugerem-se pesquisas que tomem como unidade de análise não só a família estendida, mas também a família comunitária, incluindo-se nela a rede de vizinhança e a família empregadora.

Finalmente, conclui-se que a família ainda representa a principal fonte de suporte informal decisivo na sobrevivência de parcela significativa da população, uma vez que as instituições de apoio e políticas de assistência a grupos vulneráveis ainda não atendem plenamente às demandas sociais.

6. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alessandra Abelha de. **Desemprego e transferência familiares**. 1998. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 1998.

ALMEIDA, Alessandra Abelha de; SILVA, Neuza Maria da; LORETO, Maria das Dores Saraiva de; THIÈBAUT, José Tarcisio Lima. Desemprego e transferências familiares. **Revista Brasileira de Economia Doméstica**, Viçosa, MG, p. 55-74, 2001.

ALTONJI, Joseph G.; HAYASHI, Fumio; KOTLIKOFF, Laurence J. Parental altruism and inter vivos transfers: theory and evidence. **The Journal of Political Economy**, Chicago, p. 1121-1166, 1997.

ARRIAGADA, Irma. **Familias y políticas públicas en América Latina**. Santiago de Chile: Naciones Unidas, CEPAL, División de Desarrollo Social, 2007.

_____. Transformaciones sociales y demográficas de las familias latinoamericanas. **Papeles de Población**, abr./maio 2004.

ARRONDEL, Luc; MASSON, André. Altruism, exchange or indirect reciprocity: what do the data on family transfers show? In: KOLM, S.; YTHIER, J. M. **Handbook of the economics of giving, altruism and reciprocity: applications**. Amsterdam: The Netherlands, 2006. p. 971-1053.

BAKER, Matthew; MICELI, Thomas J. Land inheritance rules: theory and cross-cultural analysis. **Journal of Economic Behavior & Organization**, Connecticut, p. 77-102, 2005.

BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, p. 123-142, fev. 2000.

BECKER, Gary Stanley. **A treatise on the family**. Cambridge: Havard University Press, 1991.

_____. A theory of social interactions. **Journal of Political Economy**, Chicago, v. 82, p. 1063-1093, nov./dez. 1974.

BELIK, Walter; GROSSI, Mauro Del. O programa fome zero no contexto das políticas sociais no Brasil. In: CONGRESSO DA SOBER, 41., 2003, Juiz de Fora, MG. **Anais...** Juiz de Fora, MG: SOBER, 2003.

BENGTSON, Vern L.; MURRAY, T. "Justice" across generations (and Cohorts): Sociological perspectives on the life course and reciprocities over time. In: OHEN, L. **Justice across generations: what does it mean?** Washington: American Association of Retired Persons, 1993. p. 111-138.

BERNHEIM, B.; SHLEIFER, Douglas; SUMMERS, Andrei; LAWRENCE, H. The strategic bequest motive. **Journal of Political Economy**, Chicago, v. 93, p. 1045-1076, dez. 1985.

BLAU, Peter Michael. **Exchange and power in social life**. Nova Iorque: John Wiley & Sons, 1964.

BONGAARTS, John; ZIMMER, Zachary. Living arrangements of older adults in the developing world: an analysis of demography and health survey household surveys. **The Journals of Gerontology**, Nova Iorque, v. 57, p. 145-157, maio 2002.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1992.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. **Mulher, casa e trabalho: o cotidiano nas camadas médias paulistas**. São Paulo: Vértice, 1990.

BUSTAMANTE, Vania; TRAD, Leny; BOMFIM, A. Cuidando da saúde de crianças pequenas no contexto familiar: um estudo etnográfico com famílias de camadas populares. **Ciência & saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 12, p. 1175-1184, set./out. 2007.

CAMARANO, Ana Amélia. Mulher idosa: suporte familiar ou agente de mudança? **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 35-63, dez. 2003.

CARLOTO, Cássia Maria. A chefia familiar feminina nas famílias monoparentais em situação de extrema pobreza. **Revista Virtual Textos & Contextos**, Porto Alegre, n. 4, p. 1-17, dez. 2005.

CARNEIRO, Maria da Penha Aparecida Klug Basílio. **A percepção das mulheres beneficiárias do programa bolsa família sobre sua implementação em Viçosa-MG**. 2008. 250 f. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2008.

CARNEIRO, Maria José. Herança e gênero entre agricultores familiares. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 22-55, 2001.

CICIRELLI, Victor G. **Helping alderly parents: the role of adult children**. Boston: Auburn House, 1981.

COWARD, Raymond T.; DWYER, Jeffrey W. The association of gender, sibling network composition, and patterns of parent care by adult children. **Research on Aging**, Florida, v. 12, n. 2, p. 158-181, jun. 1990.

COX, Donald. Motives for private income transfers. **Journal of Political Economy**, Chicago, v. 95, n. 3, p. 508-546, jun. 1987.

COX, Donald; RANK, Mark R. Inter-vivos transfers and intergenerational exchange. **The Review of Economics and Statistics**, v. 74, n. 2, p. 305-315, maio 1992.

CRIMMINS, Eileen M.; INGEGNERI, Dominique G. Interaction and living arrangements of older parents and their children: past trends, present determinants, future implications. **Research on Aging**, Califórnia, v. 12, n. 1, p. 3-35, mar. 1990.

DALGALARRONDO, Paulo. **Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

DAVANZO, Julie; CHAN, Angelique. Living arrangements of older malaysians: who coresides with their adult children? **Population Association of America**, Califórnia, v. 31, n. 1, p. 95-113, fev. 1994.

D'AVILA-BACARJI, Keiko Maly Garcia; MARTURANO, Edna Maria; ELIAS, Luciana Carla dos Santos. Suporte parental: um estudo sobre crianças com queixas escolares. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 10, n. 1, p. 107-115, jan. 2005.

DE VOS, Susan. Latin American households in comparative perspective. **Population Studies**, Grã Bretanha, v. 41, n. 3, p. 501-517, nov. 1987.

DEMO, Pedro. **Educação pelo avesso**: assistência como direito e como problema. São Paulo: Cortez, 2002.

DOWD, James J. Exchange rates and old people. **Journal of Gerontology**, v. 35, n. 4, p. 596-602, 1980.

EGGEBEEN, David J.; HOGAN, Dennis P. Giving between generations in American families. **Human Nature**, v. 1, n. 3, p. 211-232, 1990.

EKEH, Peter P. **Social exchange theory**: the two traditions. London: Heinemann Educational Books, 1974.

EMMONS, Robert A.; CRUMPLER, Cheryl A. Gratitude as a human strength: appraising the evidence. **Journal of Social and Clinical Psychology**, Califórnia, v. 19, n. 1, p. 56-69, 2000.

EMMONS, Robert A.; McCULLOUGH, Michael E. **The psychology of gratitude**. Nova Iorque: Oxford University Press, 2004.

ESCOREL, Sarah. **Vidas ao léu**: trajetórias de exclusão social. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1999.

FISCHER, Izaura R. A participação da mulher no orçamento familiar. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13., 2002, Ouro Preto, MG. **Anais...** Ouro Preto, MG: ABEP- Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2002. p. 1-10.

FOSTER, Andrew D.; ROSENZWEIG, MarK R. Imperfect commitment, altruism, and the family: evidence from transfer behavior in low-income rural areas. **The Review of Economics and Statistics**, v. 83, n. 3, p. 389-407, ago. 2001.

Fundação João Pinheiro. **Indicadores**: Produto Interno de Minas Gerais. Belo Horizonte: 2000. Disponível em: <<http://www.fjp.gov.br>>. Acesso em: 27 nov. 2009.

GARCIA, Lúcia Santos; RODARTE, Mario Marcos Sampaio; COSTA, Patrícia Lino. Emancipação feminina e novos arranjos familiares nas regiões metropolitanas brasileiras entre as décadas de 1990 e 2000. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14., 2004, Caxambu, MG. **Anais...** Caxambu, MG: ABEP – Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2004. p. 1-19.

GOLDANI, Ana Maria. Mulheres e envelhecimento: desafios para novos contratos intergeracionais e de gênero. In: CAMARANO, A. A. **Muito além dos sessenta**: os novos idosos brasileiros. Rio de Janeiro: IPEA, Instituto de Pesquisa Aplicada, 1999. p. 75-114.

GOLVEIA, Valdiney V.; MARTINEZ, Eva; MEIRA, Maja; MILFONT, Taciano Lemos. A estrutura e o conteúdo universais dos valores humanos: análise fatorial confirmatória da tipologia de Schwartz. **Estudos de psicologia**, Natal, v. 6, n. 2, p. 133-142, jul./dez. 2001.

GUEDES, Gilvan Ramalho; QUEIROZ, Bernardo Lanza; VANWEY, Leah Karin. Transferências intergeracionais privadas na Amazônia rural brasileira. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 19, n. 2, p. 325-357, maio/set. 2009.

HAMON, Raeann R. Filial responsibility expectations among adult child-older parent pairs. **Journal Gerontol**: psychological sciences, São Francisco, California, p. 110-112, 1990.

HOMANS, George C. Social behavior as exchange. **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 63, n. 6, p. 597-606, maio 1958.

_____. **Social behavior**: it's elementary forms. Nova Iorque: Harcourt, Brace & World, 1961.

_____. **Social behavior**: it's elementary forms. Nova Iorque: Harcourt, Brace and Jovanovich, 1974.

HOYERT, Donna L. Financial and household exchanges between generations. **Research on Aging**, v. 13, n. 2, p. 205-225, 1991.

HRDY, Sarah Blaffer; JUDGE, Debra S. Darwin and the puzzle of primogeniture: an essay on biases in parental investment after death. In: _____. **Human nature**. Nova Iorque: Springer, 1993. p. 1-45.

HURD, Michael; SMITH, James S.; ZISSIMOPOULOS, Julie. **Inter-vivos giving over the lifecycle**. Nova Iorque: Rand, 2007.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Definição de carência. **IBGE Teen: glossário**. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/glossario/pobreza.html>>. Acesso em: 14 abr. 2009.

_____. **Estatística: população – Estimativa 2009**. 2009. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2009/POP2009_DOU.pdf>. Acesso em: 1º fev. 2010.

_____. **Geociências: mapeamento das unidades territoriais - divisão territorial brasileira**. 2009. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 1º fev. 2010.

_____. **Geociências: mapeamento das unidades territoriais – área territorial oficial – Bambuí**. 2009. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 1º fev. 2010.

_____. **Indicadores sociais**. 2009. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/mapa_site/mapa_site.php#indicadores>. Acesso em: 28 nov. 2009.

_____. **Projeção da população do Brasil por sexo e idade: 1980-2050 – Revisão 2008. Projeção da população**. 2008. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao_da_populacao/2008/default.shtm>. Acesso em: 15 jan. 2011.

KAPLAN, Hillard. Evolutionary and wealth flows theories of fertility: empirical tests and new models. **Population and Development Review**, v. 20, n. 4, p. 753-791, dez. 1994.

KIVETT, Vira R.; ATKINSON, Maxine P. Filial expectations, association, and helping as a function of number of children among older rural-transitional parents. **Journal of Gerontology**, v. 39, n. 4, p. 499-503, 1984.

KOHLI, Martin. Intergenerational transfers and inheritance: a comparative view. In: MERRIL, S. **Intergenerational relations across time and place**. Nova Iorque: Springer, 2004. p. 266-289.

LAFERRÈRE, Anne; WOLFF, François-Charles. Microeconomic models of family transfers. In: KOLM, S. C.; YTHIER, J. M. **Handbook of the economics of giving, altruism and reciprocity**. Elsevier, 2006. p. 890-969.

LAITNER, John; JUSTER, F Thomas. New evidence on altruism: a study of TIAA-CREF retirees. **The American Economic Review**, v. 86, n. 4, p. 893-908, set. 1996.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 1995.

LAVINAS, Lena. Pobreza e exclusão: traduções regionais de duas categorias da prática. **Econômica**, v. 4, n. 1, p. 25-29, out. 2003.

LEAL, Sônia Maria Rigueira Andrade. **Importância das transferências e trocas com idosos no contexto familiar e social – Teixeiras-MG**. 2006. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2006.

LEE, Ronald D.; KRAMER, Karen L. Children's economic roles in the Maya family life cycle: Cain, Caldwell, and Chayanov revisited. **Population and Development Review**, v. 28, n. 3, p. 475-499, set. 2002.

LEE, Ronald D. Demographic change, welfare, and intergenerational transfers: a global overview. **Genus**, p. 43-70, jul./dez. 2003.

LÉVI-STRAUSS, Claude. L'échange restreint: les fondements de l'échange. In: _____. **Les structures elementaires de la parente**. Paris: Mouton, 1967. p. 34-169.

LILLARD, Lee A.; WILLIS, Robert J. Motives for intergenerational transfers: evidence from Malaysia. **Demography**, Santa Mônica, Canada, p. 115-134, 1997.

LIN, Ge; ROGERSON, Peter A. Elderly parents and the geographic availability of their adult children. **Research on Aging**, v. 17, n. 3, p. 303-331, 1995.

LOGAN, John R.; BIAN, Fuqin. Family values and co-residence with married children in urban China. **Social Forces**, v. 77, n. 4, p. 1253-1282, 1999.

LOW, Bobbi S. The evolution of human life histories. In: CRAWFORD, C.; KREBS, D. L. **Handbook of evolutionary psychology: ideas, issues, and applications**. Mahwah, NJ: Erlbaum, 1998. p. 131-161.

LYE, Diane N.; KLEPINGER, Daniel H.; HYLE, Patrícia Davis; NELSON, Anjanette. Childhood living arrangements and adult childrens relations with their parents. **Demography**, p. 261-280, 1995.

MADDISON, Angus. **The world economy: a millennial perspective**. Paris: OECD, 2001.

MALINOWSKI, Bronislaw Kasper. **Argonauts of the Western Pacific**. Nova Iorque: E.P. Dutton & Co. Inc., 1922.

MARCONDES, Glauca dos Campos. Processos de constituição, organização e manutenção da vida doméstico-familiar na cidade do Salvador. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, p. 443-446, jul./dez. 2010.

MARTINS, Carlos Eduardo. O Brasil e a dimensão econômico-social do governo Lula: resultados e perspectivas. **Revista Katalysis**, p. 35-43, jan. 2007.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo**: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

_____. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 2007.

MAUSS, Marcel; CUNNISON, Ian; EVANS-PRITCHARD, E. **The gift**: forms and functions of exchange in archaic societies. London: Routledge & Kegan Paul, 1966.

MCGARRY, Kathleen. Intervivos transfers and intended bequest. **The Journal of Public Economics**, p. 321-351, 1999.

MENCHIK, Paul L. Unequal estate division: is it altruism, reverse bequests, or simply noise? In: KESSLER, D.; MASSON, A. **Modelling the accumulation and distribution of wealth**. Oxford: Oxford University Press, 1988.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Bolsa Família. 2010**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acesso em: 16 jul. 2010.

MITRUT, Andreea; WOLFF, François-Charles. **Do private and public transfers affect life satisfaction? Evidence from Romania**. mar. 2009. Disponível em: <http://www.ined.fr/fichier/t_telechargement/19546/telechargement_fichier_fr_mitru_twolff_ined2009.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2009.

MOTTA, Roberto; SCOTT, Parry. **Sobrevivência e fontes de renda**: estratégias das famílias de baixa renda no Recife. Recife: Massangana, 1983.

NERI, Anita Liberalesso. Envelhecimento e qualidade de vida na mulher. In: CONGRESSO PAULISTA DE GERIATRIA E GERONTOLOGIA, 2., 2001, São Paulo, SP. **Anais...** São Paulo: UNIFESP, 2001.

PAUGAM, Serge. O enfraquecimento e a ruptura dos vínculos sociais: uma dimensão essencial do processo de desqualificação social. In: SAWAIA, B. **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

PEC, Polar Engineering and Consulting. **SPSS Statistics, for windows, versão 17.0**. 2008. Patente 7519909294.

PETTENGILL, Myriam Aparecida Mandetta; ANGELO, Margareth. O sentido do cuidar da criança e da família na comunidade: a experiência da aluna de enfermagem. **Revista Enfermagem**, São Paulo, USP, p. 91-98, mar. 2000.

PILATI, Ronaldo; LEÃO, Marina; VIEIRA, Juliana Neves; FONSECA, Marcus de Miranda. Efeitos da atribuição de causalidade e custo pessoal sobre a intenção de ajuda. **Estudos de Psicologia**, p. 213-221, 2008.

POCHMANN, Marcio; AMORIM, Ricardo. **Atlas da exclusão Social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2003.

PORCHMANN, Márcio; BARBOSA, Alexandre; PONTE, Valter; SILVA, Ronnie. **Atlas da exclusão social: agenda não liberal da inclusão social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2006.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Desenvolvimento humano: atlas do desenvolvimento humano no Brasil**. 2003. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br>>. Acesso em: 14 nov. 2009.

RABELO, Andréia Pinto et al. **Diagnóstico habitacional de Bambuí/MG**. Divinópolis, MG: FUNEDI/UEMG, 2008.

RAMOS, Marília P. **Apoio social e saúde entre idosos**. Porto Alegre: Sociologias, 2002. v. 7.

ROCHA, Ana Ferreira. **Gênero, reciprocidade e reprodução social: o circuito da dádiva na prática da "freguesia" entre mulheres de São Gabriel-BA**. 2008. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2008.

ROCHA, Sônia. **Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

ROSSI, Alice S. Gender, personal traits, and the exchange of help between parents and adult children. In: ANNUAL MEETING OF THE AMERICAN SOCIOLOGICAL ASSOCIATION, 81., 1986, Nova Iorque. **Anais...** Nova Iorque, 1986.

ROSSI, Alice S.; ROSSI, Peter H. **Of human bonding: parent-child relations across the life course**. Nova Iorque: Aldine de Gruyter, 1990.

SAAD, Paulo Murad. Transferencias informales de apoyo de los adultos mayores en America Latina y el Caribe: estudio comparativo de encuestas Sabe. **Notas de Población**, p. 175-217, 2003.

_____. **Support transfers between the elderly and the family in northeast and southeast Brazil**. 1998. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade do Texas, Austin, 1998.

SAAD, Paulo Murad. Transferências de apoio intergeracional no Brasil e na América Latina. In: CAMARANO, A. A. **Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?** Rio de Janeiro: Ipea, 2004. p. 169-209.

SABATELLI, Ronald M.; SHEHAN, Constance L. Exchange and resource theories. In: BOSS, G.; DOHERTY, William J.; LAROSSA, Ralph; SCHUMM, Walter R.; STEINMETA, Suzanne K. **Sourcebook of family theories and methods: a contextual approach**. Nova Iorque: Plenum Press, 1993. p. 385-417.

SCHOENI, Robert F. Private interhousehold transfers of money and time: new empirical evidence. **Review of Income and Wealth**, p. 423-448, 1997.

SCHOKKAERT, Erik. The empirical analysis of transfer motives. In: KOLM, S.; YTHIER, J. M. **Handbook of the economics of giving, altruism and reciprocity: foundations**. Amsterdam, The Netherlands: Elsevier, 2006. p. 127-181.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Programa de orientação, apoio e promoção de famílias carentes. **Cadastro de famílias carentes 2008**. Bambuí, MG: Prefeitura Municipal de Bambuí, 2008.

SEN, Amartya K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SERVILHA, Mateus de Moraes. **As relações de trocas materiais e simbólicas no mercado municipal de Araçuaí-MG**. 2008. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2008.

SHI, Leiyu. Family financial and household support exchange between generations: a survey of Chinese rural elderly. **The Gerontologist**, p. 468-480, 1993.

SILVA, Neuza Maria da. **Estudo crosssecional das transferências de renda e de serviços entre famílias**. 1994. Tese (Doutorado em Economia Doméstica) – Purdue University, West Lafayette, Indiana, 1994.

SMITH, Martin S.; KISH, Bradley J.; CRAWFORD, Charles B. Inheritance of wealth as human kin investment. **Ethology and Sociobiology**, p. 171-182, 1987.

SOARES, Maurícia Brochado Oliveira; TAVARES, Darlene Mara Santos; DIAS, Flávia Aparecida; DINIZ, Marina Aleixo; GEIB, Sônia. Morbidades, capacidade funcional e qualidade de vida de mulheres idosas. **Esc. Anna Nery**, p. 705-711, dez. 2010.

SPEARE, Alden JR.; AVERY, Roger; LAWTON, Leora. Disability, residential mobility, and changes in living arrangements. **Journal of Gerontology: Social Sciences**, p. 133-142, 1991.

SPITZE, Glenna; LOGAN, John. Sons, daughters, and intergenerational social support. **Journal of Marriage and the Family**, p. 420-430, 1990.

STARK, Oded; ZHANG, Junsen. Counter-compensatory inter-vivos transfers and parental altruism: compatibility or orthogonality? **Journal of Economic Behavior & Organization**, p. 19-25, 2002.

STECKLOV, Guy. Intergenerational resource flows in Côte d'Ivoire: empirical analysis of aggregate flows. **Population and Development Review**, p. 525-553, 1997.

TOMES, Nigel. The family, inheritance, and the intergenerational transmission of inequality. **The Journal of Political Economy**, p. 928-958, 1981.

TURNER, Bryan S. **Talcott parsons on economic and social theory: the relevance of the amherst term papers.** Nova Iorque: Springer, 1986. v. 27.

VANWEY, Leah K. Altruistic and contractual remittances between male and female migrants and households in rural Thailand. **Demography**, p. 739-756, 2004.

VANWEY, Leah K.; CEBULKO, Kara. "Intergenerational coresidence among small farmers in Brazilian Amazonia." **Journal of Marriage and Family**, p. 1257-1270, 2007.

VANWEY, Leah K.; NELSON, Shelley N. Passing on the wealth: intergenerational financial transfers from older Americans. **Population Association of America.** Bloomington, IN: Indiana University – Departamento de Sociologia [Paper], 2007.

WOROBAY, Jacqueline Lowe; ANGEL, Ronald J. Funcional capacity and living arrangements of unmarried elderly persons. **Journal of Gerontology: Social Sciences**, p. 95-101, 1990.

YUNES, Maria Angela Mattar; MENDES, Narjara Fernandes; ALBUQUERQUE, Beatriz de Mello. Percepções e crenças de agentes comunitários de saúde sobre resiliência em famílias monoparentais pobres. **Revista Texto & Contexto - Enfermagem**, p. 24-31, 2005.

APÊNDICE

**APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO JUNTO
AO CHEFE DE FAMÍLIA**

Endereço: _____ Nº: _____

Data de nascimento: ___/___/_____

Qual o seu estado civil? () casado/união estável () solteiro () viúvo () separado

Qual foi a última série que o senhor(a) cursou na escola? _____

Gênero: () masculino () feminino

Etnia: () Branca () Parda () Negra () Amarela () Indígena

Qual sua religião? _____

Quanto você recebe por mês (A)? _____

Existe mais alguém que mora na residência e trabalha? () Não () Sim. Quantos: _____

Em caso positivo, quanto ela(s) e/ou ele(s) recebe(m) por mês, nos últimos seis meses (B)?

- 1.
- 2.
- 3.
- 4.
- 5.
- 6.

Renda familiar mensal (A + B): _____

A sua casa é: () própria () financiada () cedida () alugada () outra: _____

A sua ocupação é formal ou informal? () formal () informal

Qual é a sua ocupação? _____

De que forma você recebe seu pagamento? () mensalista () semanal () diarista

() outros: qual? _____

Quantas pessoas residem com o senhor(a)? _____ Quantas famílias: _____

Como é a composição de sua família:

Membro:	Data de nascimento ou Idade:
Esposo(a)	
Filho(a)	
Filho(a)	
Filho(a)	
Filho(a)	
Sobrinho(a)	
Tio(a)	
Pai/Mãe	

Quantos moradores são crianças? _____ Quem cuida? _____

Quantos moradores são doentes? _____ Quem cuida? _____

Você concorda com a afirmação de que as transferências de recursos entre membros familiares ajudam uma família a sobreviver? () Sim () Não

Em relação às ajudas familiares?

() Só recebo ajudas

() Só dou ajudas

() Nem recebo e nem dou ajudas

() Recebo mais ajudas do que ajudo

() Ajudo mais do que recebo ajudas

Nos últimos seis meses, com o quê sua família ajudou os seus parentes:

() Alimentos () Vestuário () Habitação () Dinheiro

() Serviço – Quais: _____

() Outros: o que? _____ () Nenhum

Em caso de ajudas, qual foi o motivo?

Nos últimos seis meses, o quê você recebeu de ajuda seus parentes:

() Alimentos () Vestuário () Habitação () Dinheiro

() Serviço – Quais: _____

() Outros: o que? _____ () Nenhum

Em caso de ajudas, qual foi o motivo?

A sua família pretende continuar ajudando os seu(s) parente(s)? () Sim () Não

Em caso positivo, porquê?

Como você se sente quando você ajuda os seus parentes?

Como você se sente quando você recebe esta(s) ajuda(s) de seus parentes?

Você espera ser recompensado pela ajuda que sua família deu? () Sim () Não

Em caso positivo, como você espera ser recompensado?

No momento, a sua família está recebendo alguma retribuição pelo que você deu de ajuda aos seus parentes nos últimos seis meses? () Sim () Não

Em caso positivo, como a sua família está sendo recompensada?
